

# ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO



DO SUL DO SUL

teorias e práticas com a Abordagem Sociológica  
e Comunicacional do Discurso

Volume I: Teoria

CLEIDE EMÍLIA FAYE PEDROSA

Cleide Emília Faye Pedrosa

Estudos críticos do discurso  
decoloniais do Sul do Sul:  
teorias e práticas com a Abordagem  
Sociológica e Comunicacional do  
Discurso

Volume I: Teoria



1ª Edição  
Foz do Iguaçu  
2024

© 2024, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

**Diagramação:** Valéria Lago Luzardo

**Capa:** Gloriana Solís Alpizar

**Revisão:** A autora

**ISBN** 978-65-86746-38-9

**DOI:** <https://doi.org/10.23899/9786586746389>

**Disponível em:** <https://publicar.claec.org/index.php/editora/catalog/book/116>

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Estudos críticos do discurso decoloniais do Sul do Sul [livro eletrônico]: teorias e práticas com a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso - Volume I: Teoria / Cleide Emília Faye Pedrosa. – Foz do Iguaçu, PR: Editora CLAEC, 2024. PDF.

Bibliografia.

ISBN

1. Epistemologias do Sul do Sul. 2. Estudos Críticos do Discurso. 3. Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso. I. Pedrosa, Cleide Emília Faye.

CDD: 410

Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e autoras, incluindo a adequação técnica e linguística.

O texto passou por avaliação dupla cega de forma a verificar sua qualidade científica.

**Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC**  
**Diretoria Executiva**

Me. Bruno César Alves Marcelino  
Diretor-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós  
Diretora Vice-Presidente

Dra. Betania Maciel  
Diretora Vice-Presidente

Dr. Fábio do Vale  
Diretor Vice-Presidente

**Editora CLAEC**

Me. Bruno César Alves Marcelino  
Editor-Chefe

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de  
Araújo  
Editora-Assistente

Dr. Lucas da Silva Martinez  
Editor-Chefe Adjunto

Bela. Valéria Lago Luzardo  
Editora-Assistente

**Conselho Editorial**

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán  
Universidad Veracruzana, México

Dra. Marie Laure Geoffray  
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão  
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Djalma Thürler  
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo  
Universidad de Guadalajara, México

Dr. Daniel Levine  
University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dr. Fabricio Pereira da Silva  
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdettaro  
Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues  
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzain  
Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes  
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino  
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto  
Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo  
Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

Para os ascedianos;  
Para os pesquisadores do Sul do Sul;  
Para os pesquisadores do Sul;  
Para os pesquisadores do Norte.

# Sumário

<b>Prefácio</b>	6
<b>Apresentação</b>	7
<b>Ecologia de saberes e resistências epistemológicas do Sul do Sul</b>	9
<b>Análise crítica do discurso: engajamentos políticos e acadêmicos</b>	10
<b>Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: em evidência, a voz do Sul do Sul</b>	13
As contribuições da Sociologia para a Mudança Social	15
<i>Mudanças sociais</i>	15
<i>Identidades e sujeitos</i>	22
<i>As relações de poder e o controle social</i>	27
<i>As hipóteses da Socioanálise</i>	29
As contribuições da Comunicação para a Mudança Social	49
As contribuições da Luta por Reconhecimento	58
Proposta de caminhos metodológicos	61
1º Passo: <i>produzir reflexões preliminares</i>	61
2º Passo: <i>pré-análise</i>	62
3º Passo: <i>análise</i>	63
4º Passo: <i>pós-análise</i>	63
<b>Conclusão</b>	65
<b>Referências</b>	66
<b>Sobre a autora</b>	74
<b>Índice remissivo</b>	75
<b>Anexos</b>	76

## Prefácio

Em um mundo em constante transformação, onde se tece uma complexa rede de discursos e práticas, surge a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD). Mais do que uma corrente teórica, a ASCD é um convite à reflexão crítica, um instrumento para desvendar os mecanismos de poder que permeiam o tecido social e moldam as identidades coletivas e individuais. A corrente nasceu em 2011, nos corredores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), sob a tutela da incansável pesquisadora Cleide Emília Faye Pedrosa.

Fruto de vários debates e da busca incessante por uma compreensão mais profunda das mudanças sociais contemporâneas, a ASCD se propõe a ampliar os horizontes da Análise Crítica do Discurso (ACD) no Brasil. A ASCD transcende os limites de uma única área do conhecimento, estabelecendo um diálogo enriquecedor com outras áreas de conhecimento como a Comunicação para a Mudança Social, a Sociologia Aplicada à Mudança Social, a Luta por Reconhecimento, a Gramática da Multimodalidade e a Lingüística Sistêmico-Funcional entre outras. Essa inter/multidisciplinaridade permite uma análise mais abrangente e profunda do discurso, levando em consideração suas diversas nuances e implicações sociais.

A ASCD é um convite à reflexão crítica, um novo caminho para a compreensão das relações entre discurso e poder na sociedade contemporânea. Ao se debruçar sobre as temáticas da mudança social, da identidade coletiva/individual e do poder, da Luta por Reconhecimento, a ASCD abre espaço para novas perspectivas e questionamentos, impulsionando a busca por uma sociedade mais justa e equitativa.

Este livro se propõe a explorar os fundamentos da ASCD, suas ferramentas analíticas e suas aplicações em diferentes campos de estudo. Através de uma análise crítica e rigorosa, o livro busca contribuir para a compreensão das dinâmicas de poder presentes na sociedade contemporânea e para a construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Leticia Beatriz Gambetta Abella

Universidad de la República - Udelar

# Apresentação

Estamos no auge de discussões sobre estudos decoloniais. Vários artigos e livros levam em seu título essa nomenclatura. No entanto, já faz umas duas décadas que nós do Sul epistemológico nos voltamos para outro lugar de fazer científico a fim de valorizar as produções de conhecimentos que nos acercam (Quijano, 2005; 2014; Walsh, 2009). Recentemente, foi necessário nos conscientizar de que ainda há conhecimentos que nos escapam pelos dedos; assim, após a leitura de *Gramática do Tempo*, de Boaventura de Souza Santos (2010), sentimos o impulso da responsabilidade acadêmica e social de priorizar uma epistemologia do Sul do Sul. Considerando um país continental como o Brasil, nós do Nordeste nos encaixamos neste Sul do Sul, defendido pelo sociólogo Boaventura.

Nos idos dos anos de 2011, estando na UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), tanto na graduação em Letras quanto no Programa Pós-graduação em Letras, quando ainda não havíamos entrado em contato com o termo decolonial para as propostas epistemológicas do Sul, começamos a fazê-las, percebendo intuitivamente sua importância e seu lugar político na academia. Com isso, surge a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD) como proposta para as pesquisas no paradigma da Análise Crítica do Discurso; como um grito que jazia sufocado na garganta quando vivíamos, no contexto brasileiro, uma supervalorização de conhecimentos produzidos no Sul e no Sudeste geográficos do Brasil e um apagamento das pesquisas, das produções do Norte e do Nordeste desta grande nação. As nossas produções sempre eram consideradas endógenas, enquanto as de nossos amigos sulistas e do Sudeste eram exógenas. E nós mesmos perpetuávamos essa prática ao sempre citá-los como referências e nos omitir ou subutilizar as pesquisas do Norte e do Nordeste.

A virada para mim e para os pesquisadores de nosso grupo de pesquisa começou na primeira década do século XXI, ainda na UFRN, quando tivemos o enfrentamento e a coragem de anunciar a ASCD (Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, conforme se pode ver em [www.ascd.com.br](http://www.ascd.com.br)), mesmo em seus rudimentares fundamentos. Fundamentos esses que se fortaleceram com pesquisas, publicações e incorporações de novas propostas, como as da Luta por Reconhecimento, e dos caminhos metodológicos, expostos em capítulos próprios nesta obra, e ocorridos agora em outra instituição – a Universidade Federal de Sergipe (UFS), instituição na qual estou, presentemente, na graduação em Letras Libras e no Programa de Pós-graduação em Letras, na linha de pesquisa “Estudos do discurso, identidade e relações de poder”.

Em um contexto em que herdamos a orientação de que tudo que vem do Norte epistemológico é mais importante que os conhecimentos advindos do Sul, participar da virada decolonial é reconhecer que nossas produções têm tanta importância quanto as dos colegas pesquisadores nortistas. E ainda mais, em um país continental quanto o Brasil, fazer pesquisas do Sul do Sul é também marcar o lugar de sua pesquisa entre seus pares. Na esteira, desta contextualização, expomos o objetivo central, deste capítulo, que é apresentar a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, historicizando seu percurso teórico e sua importância para pesquisas decoloniais do Sul do Sul. Com este objetivo, esperamos que mais pesquisadores conheçam a Análise Crítica do Discurso/Estudos Críticos do Discurso e sua abordagem desenvolvida no Nordeste brasileiro.

## Ecologia de saberes e resistências epistemológicas do Sul do Sul

Este minúsculo capítulo constitui um alicerce prévio para o que vamos discutir neste espaço de luta epistemológica mesmo entre os lugares de conhecimentos produzidos em um único país.

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2010; 2018) nos alerta para a linha abissal que foi traçada quando a ciência reivindicou seu lugar único no pódio. “Esse monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas de verdade científicas e não-científicas” (Santos, 2010, p. 72). O outro lado se tornou ilegível e teve lugar negado pelos próprios pesquisadores que faziam ciências do lado de cá. Porém, devemos defender que “a comunicação e a cumplicidade epistemológica assenta na ideia de que não há só uma forma de conhecimento”. Devemos respeitar a diversidade de conhecimento “[...] e de que é preciso optar pela que favorece a criação de imagens desestabilizadoras e de atitudes de inconformismo perante elas” (Santos, 2010, p. 85). O sociólogo ainda acrescenta nessa discussão que “[...] a resistência política deve ter como postulado a resistência epistemológica”, pois “*não existe justiça social global sem justiça cognitiva global*” (Santos, 2010, p. 83, grifo nosso).

Na esteira deste capítulo, é pertinente trazer Rey (2022), que, contextualizando as palavras de um filósofo sueco do século XVIII, chama atenção para o fato de a universidade ter encerrado o conhecimento para si, e isso a fez dona da verdade sem consultar o social. Nessa perspectiva, investigar a partir do Sul [e do Sul do Sul] implica questionar e refletir sobre o conhecimento, seus avanços e seus diálogos, “[...] gerando novas formas e aproximações ao conhecer” (Rey, 2022, p. 10).

II

## Análise crítica do discurso: engajamentos políticos e acadêmicos

No início da década de 1960, há, na Linguística, uma virada de paradigma. O novo caminho aponta para estudos da língua em uso, ou seja, prioriza o funcionalismo desta, enquanto os aspectos estruturais e sistemáticos da língua passam a ser estudados em um segundo plano. Essa década e a seguinte se caracterizam por fortes influências de leituras críticas da sociedade. É nesse contexto que surgem estudos discursivos; entre eles, os da Análise Crítica do Discurso/Estudos Críticos do Discurso<sup>1</sup>.

Segundo Wodak (2003, p. 22), a gênese desse campo de investigação ocorre mais como fruto de um “programa de investigação que pela existência de teorias e metodologias comuns”. Essa declaração se deve ao relato de uma reunião em 1990, quando um grupo de pesquisadores (entre eles, Ruth Wodak, Norman Fairclough, Teun van Dijk, Gunther Kress e Theo van Leeuwen) firma o interesse por uma pesquisa crítica; no entanto, cada um propunha uma corrente diferente a partir de vínculos teóricos e metodológicos distintos.

Há abordagens mais dedutivas e outras mais indutivas. Entre as primeiras, a Dialético-Relacional de Fairclough, sob influência das contribuições de Foucault e Marx, e a Abordagem Sociocognitiva, de Van Dijk, com forte diálogo com Mascovici. E, entre as mais indutivas, a Abordagem Histórico-Discursiva, de Wodak e Reisigly, em diálogo com a Teoria Crítica e o Interacionismo Simbólico; e a Abordagem dos Atores Sociais, de Van Leeuwen, sob influência das Teorias Críticas, e a Linguística Sistemico-Funcional, desenvolvida por M. K. Halliday (Wodak; Meyer, 2016). Convém lembrar a possibilidade de diálogos teóricos entre elas, a depender do objeto de pesquisa e da decisão do investigador (Magalhães; Martins; Resende, 2017).

---

<sup>1</sup> Desde 2008, e muito mais recentemente, há uma preferência pela expressão Estudos Críticos do Discurso (ECD), após sugestão e justificativa de Van Dijk (2008). O autor argumenta que a mudança de Critical Discourse Analysis (CDA) para Critical Discourse Studies (CDS) se justifica por algumas razões consideradas óbvias por ele, as quais elencaremos (quase) textualmente: os ECD não são um método de análise; eles usam todo e qualquer método que seja considerado adequado ao estudo do objeto escolhido, da natureza dos dados estudados, dos interesses e qualificações do pesquisador, entre outros (Van Dijk, 2008, p. 10-11).

Destacamos que analisar os discursos na forma como perpetuam as relações de poder e controle social e como veiculam discriminação e exploram o abuso do poder é um dos fortes compromissos desse grupo inicial e que se perpetua nos seguidores desse campo de estudo.

Dessa forma, Pedrosa (2012, p. 2) registra que “a ACD assume que são necessárias as descrições e as teorizações dos processos e das estruturas sociais responsáveis pela produção de um texto” a fim de que possa desvelar as ideologias subjacentes nos discursos. Esse aspecto pode ser consolidado nas palavras de Batista, Sato e Melo (2018, p. 9): “A ADC<sup>2</sup> busca a explanação dos fenômenos sociais, desvelando o modo como o discurso, enquanto linguagem em uso, participa dessa construção, estabilizando distorções sociais”.

Logo, podemos afirmar que, ao pesquisar com a ACD, assumimos compromissos acadêmicos e de política de vida com os grupos que sofrem discriminação e seguimos uma teoria que busca uma compreensão do mundo social. Nas palavras de Castells (2010, p. 19), “a teoria social consiste em uma ferramenta para compreensão do mundo, e não num instrumento de autossatisfação intelectual”. A fim de explicitar com outros objetivos de autores diferentes, fizemos uma listagem de alguns desses objetivos, também elencados em Pedrosa (2021):

- O analista crítico deve “opor-se à desigualdade social” (Van Dijk, 2008, p. 113);
- “[...] investigar criticamente a desigualdade social como ela é expressa, constituída, legitimada [...] pelo uso da linguagem (ou no discurso)” (Wodak; Meyer, 2009, p. 20);
- “[...] o ativismo político, a busca pela equidade social deve ser a marca registrada dos analistas críticos” (Magalhães; Martins; Resende, 2017, p. 54);
- “[...] refletir sobre a mudança social contemporânea e sobre possibilidades de práticas emancipatórias” (Resende, 2017, p. 37);
- “Uma abordagem crítica do discurso [...] deve valorizar nossa capacidade de agir e, principalmente, de refletir e de resistir, a fim de que possamos vislumbrar o objetivo fundamental: a denúncia de relações de poder” (Gonçalves-Segundo, 2018, p. 79).

Nesse escopo, com o qual pesquisamos desde 2002, quando estávamos no doutorado e defendemos a tese em 2005, resolvemos propor a abordagem nordestina

---

<sup>2</sup> Alguns pesquisadores usam o termo ACD (Análise Crítica do Discurso) e outros, ADC (Análise de Discurso Crítica), para a mesma teoria.

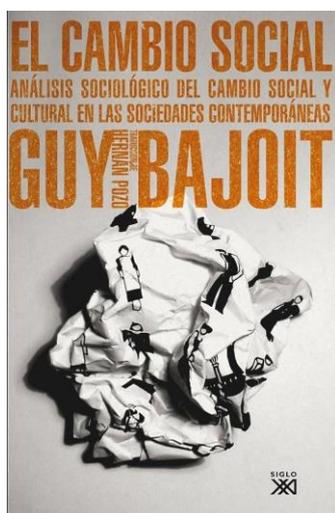
para a ACD em 2011. Os primeiros diálogos, na constituição dessa abordagem, foram com a Sociologia para a Mudança Social (SMS), a Comunicação para a Mudança Social (CMS), os Estudos Culturais e a Linguística Sistêmico-Funcional. Recentemente, acrescentamos a Luta por Reconhecimento, advinda da Filosofia Social, e o aprimoramento dos passos metodológicos, fruto da tese de Cunha (2021).

III

# Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: em evidência, a voz do Sul do Sul



Fonte: Site da ASCD ([www.ascd.com.br](http://www.ascd.com.br)).



O porquê do nome “Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso”: se deu a partir do contato com a Sociologia para a Mudança Social (SMS), em 2011, através dos trabalhos do sociólogo Guy Bajoit<sup>3</sup>, especificamente a obra *El cambio social: análisis sociológico del cambio social y cultural en las sociedades contemporâneas*<sup>4</sup>, obra original de 2003, contudo nossa versão era a traduzida para o espanhol e publicada em 2008<sup>5</sup>.

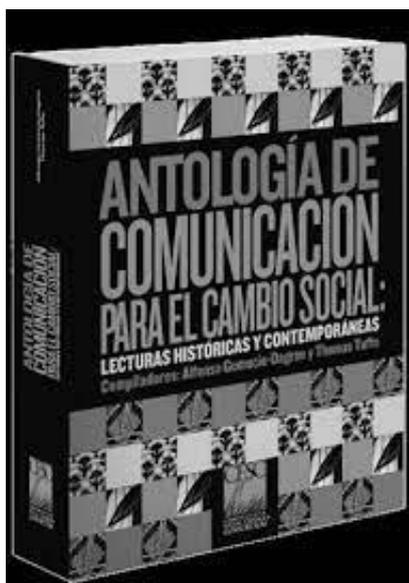
Fonte: Google Imagens.

---

<sup>3</sup> Agradeço imensamente a Guy Bajoit, doutor em Sociologia do Instituto de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Católica de Lovain, Bélgica, atualmente professor emérito da Unidade de Antropologia e Sociologia da Faculdade Aberta de Política Econômica e Social e do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade Católica de Lovain, por, confiantemente, disponibilizar partes de seu inédito livro *Vers une théoriesocio-analytique de la relation sociale* para que eu tentasse sanar minhas dúvidas quanto à sua teoria e pela bondade, que só os grandes possuem, de buscar estabelecer um diálogo conosco, em 2012.

<sup>4</sup> Título original: *Le changement social: Approche sociologique des sociétés contemporaines*, 2003.

<sup>5</sup> Há a tradução para o português, em 2006, pela Editora Unijuí: *Tudo muda: proposta teórica e análise da mudança Sociocultural das sociedades contemporâneas*.



Em seguida, abraçando essa mesma esteira, a pesquisadora Leticia Gambetta Abella identificou uma antologia de Comunicação para a Mudança Social (CMS), a *Antología de Comunicación para el cambio social: lecturas históricas y contemporáneas*, dos organizadores Alfonso Gumucio-Dagron e Tomas Tuffe, também de 2008. Estávamos diante de duas obras que formavam um par perfeito para gerar a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD). Adiante, somamos a Sociologia Aplicada à Mudança Social (SAMS), também indicação de Leticia Gambetta Abella.

Fonte: Google Imagens.

Recentemente, acrescentamos a Luta por Reconhecimento, do campo da Filosofia Social, da aluna, à época bolsista CNPq de Iniciação Científica, Juliana Barbosa Alves. O então doutorando João Paulo Lima Cunha, em 2021, em sua tese, desenvolve em capítulo próprio os caminhos metodológicos, que demos o aval para ser a proposta adotada pela ASCD.



Fonte: Google Imagens.

Também como contribuição das últimas pesquisas incorporamos como sugestões metodológicas as orientações desenvolvidas por Cunha (2021) e apresentadas resumidamente no último capítulo deste livreto.

Resumidamente podemos afirmar que a Abordagem Sociológica e Comunicacional do discurso é uma abordagem transdisciplinar da ACD. Como proposta teórica e metodológica surge no espaço epistemológico decolonial do Sul do Sul, logo, investe

em pesquisa e posicionamento acadêmicos e sociais em prol dos que sofrem com a desigualdades sociais.

Ainda nestas pontuações introdutórias da ASCD, fazemos jus aos pioneiros, àqueles que construíram a abordagem através de suas pesquisas, em que tiveram a coragem de aplicar a teoria, a vários labutadores que ficharam obras e discutiram ideias: Profa. Dra. Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno; Prof. Dr. Paulo Sérgio dos Santos; Prof. João Batista da Costa Júnior; Profa. Dra. Guianezza M. de Góis Saraiva Meira; Profa. Dra. Leticia Beatriz Gambetta Abella; Prof. Dr. João Paulo Lima Cunha e Prof. Dr. Rodrigo Slama Ribas. Havia outros participantes, à época, que, por razões várias, não seguiram na ASCD.

## **As contribuições da Sociologia para a Mudança Social**

Ao considerarmos as fortes temáticas que norteiam pesquisas em Análise Crítica do Discurso a partir da SMS, trouxemos algumas teorias e categorias que moveram nossas pesquisas e análises. A fim de aprofundar melhor as definições e categorias aqui expostas (resumidamente), se faz necessário recorrer às obras indicadas, aos textos publicados no site oficial do grupo ([www.ascd.com.br](http://www.ascd.com.br)) e às publicações dos atores sociais do grupo.

### **Mudanças sociais**

Entre as várias áreas de interesse da ACD, está a temática das “Mudanças Sociais” via mudanças discursivas, por essa razão a ASCD buscou aporte para aprofundar essa questão. Elas vêm da SMS e da SAMS. Materiais sobre essa contribuição podem ser encontrados em outros textos do grupo<sup>6</sup>. Fairclough (2008, p. 126) enfatiza o lugar “do funcionamento do discurso na vida social contemporânea”, pois, para ele, as mudanças nas práticas discursivas colaboram para mudar as relações e identidades sociais, bem como o conhecimento.

Trazemos, como pontuado no parágrafo anterior, a contribuição da Sociologia por reconhecermos que é um campo profícuo para entender os mecanismos sociais, entre eles as mudanças pelas quais uma sociedade passa. Os fundamentos para a discussão

---

<sup>6</sup> PEDROSA, Cleide Emília Faye. *Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD): uma corrente para fazer Análise Crítica do Discurso. PARTE 1: Herança teórica da Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social*. Natal: UFRN, 2012. Texto fundador. Disponível em: [www.ascd.com.br/](http://www.ascd.com.br/). Dissertação de Leticia Beatriz Gambetta Abella: *O discurso dos tuiteiros: uma análise crítica da construção identitária coletiva e do empoderamento cidadão*. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/16252>.

se encontram nas publicações de Bajoit (2006; 2008; 2009; 2012), Saco (2006) e Sztompka (2005)<sup>7</sup>.

Sztompka (2005) argumenta que o conceito de mudança se articula com o de sistemas, que se apresenta em três níveis: *Macro* (o todo social); *Meso* (engloba os Estados-Nação e as alianças políticas e militares regionais) e *Micro* (conglomera comunidades locais, associações, empresas, famílias e círculos de amizade). Assim, a mudança social pode ocorrer dentro do sistema social ou nas instâncias que o abrangem. O autor argumenta que não é fácil identificar uma mudança quando ela está em andamento, visto ser imperativo seguir “os vários estados sucessivos de um mesmo sistema” (Sztompka, 2005, p. 27). E, para auxiliar nessa compreensão, ele indica três ideias que assinalam o conceito de mudança social: “(1) diferença; (2) em instantes diversos; (3) entre estados de um mesmo sistema” (Sztompka, 2005, p. 7).

Podemos dizer que esse pensamento se completa com o defendido por Bajoit (2008). O sociólogo explica que, quando uma comunidade está experienciando mudanças na forma de estabelecer relações sociais, ela vivencia, ao mesmo tempo, a velha e a nova maneiras: a primeira, tentando sobreviver, e a segunda, se impondo. Assim, para Bajoit (2008, p. 173), essas mudanças (socioculturais) apontam para a coexistência de dois modelos – o antigo e o novo. Logo, socialmente, os atores sociais necessitam de períodos de transição, ou intermediários. Saco (2006, p. 68) explana com mais clareza ao indicar que “um coletivo humano pode assumir explicitamente um novo código de valores, e, no entanto, seguir comportando-se de acordo com o velho”. Sobre esses posicionamentos, Pedrosa (2012, p. 5) assume que “os atores sociais, individualmente, escolhem o novo código para algumas áreas de sua identidade e o velho, para outras, ou assumem o novo código em alguns de seus discursos e o velho, em algumas de suas ações”.

É interessante que Bajoit (2008, p. 252) lista o que considera como sendo a modificação de um estado das relações sociais:

- 1) mudança das coações pelas quais se resolvem os problemas vitais da vida comum;
- 2) mudança dos princípios de sentido invocados para legitimar estas coações;

---

<sup>7</sup> Boa parte dessa discussão, neste capítulo, vem literalmente ou com pequenas adaptações do texto acima (nota 6).

- 3) mudança das identidades coletivas que resultam da prática das relações sociais;
- 4) mudança das lógicas de gestão de si, pelas quais os indivíduos resolvem as tensões que atravessam essas identidades coletivas e constroem suas identidades pessoais;
- 5) mudança das lógicas de ação nas quais se comprometem, individualmente ou coletivamente.

A essa listagem de Bajoit (2008) queremos acrescentar a visão de Saco (2006), que indica que, nas mudanças, ocorrem três grandes etapas: *iniciação à mudança, ação orientada à mudança e transferência e estabilização da mudança*. A primeira refere-se à identificação e/ou estimulação da mudança no sistema. A segunda constitui-se de uma série de objetivos e estratégias para enfrentar os problemas estruturais diagnosticados. A terceira relaciona-se com o reforço e a manutenção das mudanças geradas no sistema.

Essas três etapas apresentam fases em seu processo:

Fase A: a *iniciação à mudança* caracteriza-se pelo desenvolvimento da necessidade de mudança e de estabelecimento de uma relação de mudança. Em uma coletividade, a necessidade de mudança pode apresentar três tipos de atores sociais distintos, a saber:

- 1) um profissional ou agente de mudança que, ao perceber mau funcionamento, solicita mudanças;
- 2) o próprio coletivo (através de seus líderes) que identifica seu mau funcionamento e pede mudança;
- 3) um terceiro, de fora do coletivo, que percebe a necessidade e pede ajuda para a coletividade.

Fase B: a *ação orientada à mudança* envolve etapa referente à conversão da necessidade de mudança em ações baseadas no diagnóstico. A importância do diagnóstico está em definir a direção da mudança e aonde se quer chegar, ou seja, concretamente o que se quer mudar. Distinguem-se, nesta etapa, um horizonte estratégico de grandes metas globais e outro de metas táticas, de curto alcance.

Fase C: *transferência e estabilização da mudança*, que, de acordo com Lippit (*apud* Saco, 2006, p. 176), apresenta três fases para esta etapa:

- 1) a iniciação dos esforços de mudança (fase de racionalização, de criação de ambientes favoráveis à mudança);

- 2) a generalização e a estabilização da mudança (fase de visibilização e de divulgação da mudança) e
- 3) o resultado ou recompensa de uma relação terminal (institucionalização da mudança).

Retomando Bajoit (2008), o sociólogo defende que os intercâmbios sociais contribuem tanto para reproduzir quanto para mudar as estruturas das relações sociais. Os intercâmbios podem ser: cooperativos, conflitivos, competitivos e contraditórios (Bajoit, 2008, p. 253-254):

A - Intercâmbios cooperativos: “Cuando los actores se contentan con cooperar unos con otros”<sup>8</sup> (Bajoit, 2008, p. 253). As identidades coletivas conhecem poucas tensões. Eles são a base para a reprodução e a continuidade das sociedades, sendo por isso necessários. No dizer do autor: “El cambio social no siempre implica conflicto” (Bajoit, 2008, p. 253).

B - Intercâmbios conflitivos: desempenham o papel de amenizar a reprodução das relações sociais para que estas se renovem. Não se pode esquecer que há muita tensão entre os grupos sociais, pois o exercício de liderança e de domínio causa bastante conflito, considerando que se alimenta de relações de (abuso de) poder. A liderança conseguida por grupos hegemônicos impõe o modo de fazer e de pensar; é a entrada do grupo dos oprimidos na arena que gera mudanças socioculturais em busca de maior compartilhamento de interesses.

C - Intercâmbios competitivos: entra em jogo a competência dos atores sociais, “aquí, cada uno busca cómo triunfar sobre el otro” (Bajoit, 2008, p. 253). Essa hipótese de competência influenciou a cultura da modernidade, suas ideologias, sua economia e suas políticas; logo, norteou as condutas dos atores individuais e coletivos.

D - Intercâmbios contraditórios; seguem a mesma lógica dos competitivos, porém, enquanto estes se orientam por regras, aqueles seguem sem regras e árbitro. Por essa razão, Bajoit (2008) alerta para o perigo de morte física ou social dos atores sociais marginais, que estão desprovidos de “ferramentas” de luta, de entrar no jogo da criatividade.

Notamos, com clareza, a importância do equilíbrio entre esses tipos de intercâmbio na vida de uma sociedade. As mudanças sociais e culturais, com certeza, são resultado de processos tensos, porém necessários. Os atores tanto geram quanto sofrem essas tensões em suas relações com o outro e com o “inimigo”. Em sequência, Bajoit (2008, p. 254-257) indica uma classificação para as vias da mudança social. Ele

---

<sup>8</sup> Preferimos deixar algumas citações no original em espanhol numa aproximação de idiomas na América Latina e pela proposta da Editora CLAE (Centro Latino-Americano de Estudos Culturais).

separa as mudanças socioculturais em dois grandes campos: a mutação e a ruptura. No enquadre da mutação, incluem-se a evolução e a reforma; no da ruptura, identificam-se a revolta e a revolução.

#### **A- Enquadre da mutação:**

A1 - A *evolução* é um tipo de mudança gerada a partir dos intercâmbios cooperativos e competitivos entre membros de categorias sociais não organizadas. As tomadas de decisão são individuais ou de interesse particular de um determinado grupo social e se tornam ponto de partida para novas mudanças sociais.

A2 - A *reforma* é um tipo de mudança que está pautada no intercâmbio cooperativo, é fruto de uma decisão coletiva, cuja base é a negociação entre atores sociais organizados que buscam um bem comum. “Cundo el cambio en cuestión tiene una dimensión suficientemente general, debe ser garantizado por el Estado, que a menudo es el propio instigador” (Bajoit, 2008, p. 255).

#### **B- Enquadre da ruptura:**

B1 - A *revolta* é um tipo de mudança resultante de uma mobilização espontânea dos membros de uma categoria social em intercâmbios conflitivos e contraditórios. Sua característica mais marcante é a ausência de organização da solidariedade entre os participantes. Trata-se de uma forma embrionária de identidade coletiva, considerando que vários indivíduos tomam as mesmas decisões simultaneamente; logo, influenciam-se conjuntamente.

B2 - A *revolução* é uma espécie de mudança pautada nos intercâmbios conflitivos e contraditórios. O grande diferencial em relação à revolta é que a revolução é um processo de mudança sociocultural respaldado por ação solidária e organizada, visando uma inovação social. Geralmente ocorre “después de tentativas de reforma fracasadas” (Bajoit, 2008, p. 256).

Sem dúvidas, as mudanças sociais e culturais só podem ocorrer ao considerarmos o forte papel dos atores sociais (individuais e coletivos) quando em sua gestão das tensões existenciais geradas pelas dinâmicas dos controles sociais. Esses atores, ao

construírem suas subjetividades em relações intersubjetivas, são os responsáveis pelos significados que fazem sentido para suas vidas.

O sociólogo Saco (2006, p. 45) afirma que “En las sociedades occidentales consideramos el cambio como algo normal y necesario” e acrescenta que “Las sociedades (como los individuos) cambian cuando no les queda otro remedio o cuando toman conciencia de una pauta de funcionamiento claramente más beneficiosa que la Habitual” (Saco, 2006, p. 47). Então ele diferencia mudanças sociais (grandes mudanças) de transformações pontuais<sup>9</sup>. Transformações temporárias ou mesmo mudanças sociais permanentes podem ser resultantes de acontecimentos naturais ou sociais. O sociólogo assinala que as mudanças são de dois tipos:

**As do tipo 1:** *mudanças microssociológicas* – não afetam o grande sistema, acontecem como acomodações em organizações menores, por exemplo: mudanças no seio familiar para se ajustar às necessidades diárias.

**As do tipo 2:** *mudanças macrossociológicas* – afetam a estrutura social, por exemplo: mudanças na forma de governo de uma nação.

Além dessa grande classificação, o autor distingue as mudanças de acordo com as direções que as causaram: a) mudanças a partir de movimentos “de dentro para/de fora para” e b) “El cambio social puede extenderse además de forma descendente (de arriba-abajo) o de forma ascendente (de abajo-arriba)” (Saco, 2006, p. 50).

Vejamos, as mudanças do tipo (a), que podem ser endógenas ou exógenas. As endógenas são mudanças ocorridas de dentro para fora do sistema, como resultado de movimentos de transformação social. As exógenas são as mudanças que acontecem de fora para dentro e geradas por fatores naturais ou por força de outros sistemas, por essa razão são mais difíceis de serem controlados. Esses fatores podem ser de ordem econômica, política, ideológica, cultural e podem ser mesmo de ordem ecológica. Obviamente, o impacto dessas forças externas irá depender do que encontrar internamente, se o sistema está aberto a inovações ou se há resistências a elas.

Já as mudanças do tipo (b) podem ser descendentes ou ascendentes. As descendentes, que, por sua vez, podem ser endógenas ou exógenas, são as mudanças que acontecem de cima para baixo; por isso, de modo geral, não atendem às

---

<sup>9</sup> Embora concordemos com o autor quanto a essa diferenciação no campo da Sociologia, consideraremos, na esfera discursiva – nosso objeto de análise –, mudanças socioculturais de uma forma generalizada. Assim, toda e qualquer mudança discursiva do sujeito, posicionamentos, mudanças de atitude serão considerados uma mudança social ou uma mudança sociocultural.

necessidades da população por serem mudanças também chamadas de eletistas. As ascendentes são as mudanças ocorridas de baixo para cima e surgem de maneira mais ou menos espontânea a partir de mobilizações populares, geralmente endógenas.

Esses grupos de mudanças podem ser reagrupados ou cruzados entre si, ocasionando mudanças que combinam movimentos distintos. A seguir, temos uma representação da reagrupação:



Figura 1 – Reagrupamento dos movimentos sociais

Fonte: Imagem do publicitário Kleber Faye (2012)<sup>10</sup>.

Explicando: as mudanças endógenas descendentes, denominadas endodescendentes ou endodirigidas, são mudanças agenciadas pelas elites locais, tendo, geralmente, caráter pacífico, porquanto buscam efetuar as mudanças de forma natural. Originam-se do atendimento das elites locais às pressões internas ou das forças externas. Já as mudanças exógenas descendentes são também chamadas de exodirigidas. Elas surgem como resultado de uma pressão externa ao sistema, promovida, geralmente, por grupos militares, políticos e, até mesmo, por líderes culturais. As mudanças endógenas ascendentes, denominadas *autogestionárias*, são

<sup>10</sup> Imagem do publicitário Kleber Faye, encomendada para esta obra.

promovidas pela participação e pelo diálogo. Diferentemente das endodescendentes, são resultantes de movimentos populares que buscam respostas às suas reivindicações. Por último, as mudanças exógenas ascendentes, denominadas exoemergentes, são provocadas por pressões advindas de grupos emergentes que se organizam de forma horizontal e, muitas vezes, não apresentam limites territoriais. São exemplos desse tipo de mudança os casos típicos de reivindicações sustentadas nas redes sociais.

O sociólogo Saco chama atenção para o fato de as mudanças “de cima para baixo” (endodirigidas e exodirigidas) apresentarem uma difusão mais rápida, pois se sustentam por sistemas formais de controle de poder social; enquanto as “de baixo para cima” (autogetionadas e exoemergentes) se difundem, obviamente, com mais dificuldade, já que, frequentemente, estão fundamentadas em sistemas informais de controle e liderança. No entanto, afirmamos que essas últimas estão cada vez mais articuladas por movimentos sociais de grupos minoritarizados que buscam seus direitos à cidadania de fato, principalmente após influência da Comunicação para a Mudança Social, com o surgimento, na América Latina, de um sujeito que busca construir “una ciudadanía plural, incluyente, híbrida, multicultural, diversa y dialógica” (Navarro-Díaz, 2010, p. 4).

## Identities and subjects

Para os estudos das identidades, a SMS, representada pelo autor Bajoit (2006; 2008), assume que as relações sociais estão reguladas por coações sociais; esse é o ponto central para a construção das identidades sociais; mas também a construção das identidades individuais.

Num intercâmbio entre sujeitos/atores sociais ou entre sujeitos e grupos, temos uma relação social que, segundo Bajoit (2008, p. 130-131), apresenta quatro componentes:

- Finalidades significativas: implícita ou explicitamente dão sentido às ações dos atores sociais;
- Contribuições: representam as contribuições em termos de recursos humanos e materiais que são necessários para atingir os objetivos do grupo;
- Redistribuições desiguais: o campo relacional do sujeito varia em estatutos desiguais em termos de classes sociais, forças políticas, grupos de influência etc.;
- Coação social: as relações sociais comportam meios desiguais de coação social entre os atores sociais num exercício de poder entre si.

Diante de sua socialização, o sujeito pode pertencer a grupos de que ele se orgulha (identidade orgulhosa); se é vítima de estigmatização, ele pode ter uma identidade de vergonha; se almeja pertencer a um grupo diferente do seu, pode desenvolver uma identidade invejosa; e se despreza o outro grupo, pode desenvolver uma identidade menosprezante ou depreciante.

Quanto à concepção de identidades individuais, o sociólogo expõe que ela é um processo provisório e evolutivo de um constante trabalho da “gestão de si”, também chamado de “trabalho de construção identitária do sujeito”. Nessa busca identitária, o sujeito, de um modo geral, quer atingir três objetivos (Bajoit, 2006, p. 174-175): a realização pessoal (compromissos consigo mesmo, identidade desejada); o reconhecimento social (compromissos com o que o sujeito pensa que a sociedade espera dele, identidade atribuída) e a consonância existencial (compromissos do sujeito ao buscar conciliar seus desejos e o que a sociedade espera dele, identidade comprometida).

No enquadre dessas identidades (desejada, atribuída e comprometida), o sociólogo nos apresenta algumas tensões que se movimentam entre elas, gerando novas identidades e tipos de sujeitos; assim, resolvemos assumir para a ASCD que teríamos as esferas identitárias (desejada, atribuída e comprometida), nas quais se gerariam novas identidades e novos sujeitos, a depender da forma como o ator social conseguia responder às tensões entre as relações sociais a que estavam submetidos.

Ser sujeito ou um ator social comprometido com um dos bens (atender ao que a sociedade espera dele, atender a seus sonhos ou tentar o equilíbrio) faz com que a Socioanálise tenha uma proposta diferente, mais ampliada, sobre o sujeito, proposta essa assumida pela ASCD para os estudos discursivos. Com isso, há uma aproximação também com os estudos das identidades fragmentadas propostas por Hall (2005, p. 12): “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades”.

Assim, se movendo entre as esferas identitárias, podemos trabalhar com sujeitos que se situam entre as zonas de submissão (sujeito assujeitado?) e de rebeldia (sujeito transformador?). Segue o quadro da proposta para a relação entre os sujeitos e as esferas identitárias:

Quadro 1 – As esferas identitárias e a classificação do sujeito segundo Bajoit (2008)

ESFERA IDENTITÁRIA ATRIBUÍDA (EIA)	ESFERA IDENTITÁRIA COMPROMETIDA (EIC)	ESFERA IDENTITÁRIA DESEJADA (EID)
Sujeito conformista	Sujeito consequente	Sujeito altruísta
Sujeito adaptador	Sujeito pragmático	Sujeito estrategista
Sujeito rebelde	Sujeito inovador	Sujeito autêntico

Fonte: Elaborado a partir de Bajoit (2008).

Do texto de Pedrosa (2012, p. 16-18), literal ou adaptado, trazemos as explicações a seguir, que atendem ao resumido no quadro 1: na EIA, o sujeito molda sua vida para atender ao outro, ao que a sociedade espera dele. Nessa esfera, quando ele

- escolhe que é melhor submeter-se, pois não suporta a denegação de um reconhecimento social, ele prefere ‘acomodar-se’ aos valores tradicionais e seguros (valores religiosos, étnicos, nacionais, familiares etc.), então temos um *sujeito conformista*;
- reflete que o que é esperado dele não é legítimo, ele se distancia e prefere uma desaprovação social a negar seus desejos, então temos um *sujeito rebelde*;
- se convence de que é melhor se situar de forma equilibrada, isto é, atender às expectativas da sociedade e também ao que ele deseja para si mesmo, temos um *sujeito adaptador*.

Na EID, o sujeito busca a realização pessoal e atende à demanda de um projeto identitário subjetivo. Assim, quando o sujeito, gerindo essa esfera,

- ambiciona viver em conformidade com seus ideais, desejos e projetos, define atingir o “que é” e aonde quer chegar como sendo prioridade em suas decisões e quer ser verdadeiro, temos um *sujeito autêntico*;
- resolve negar totalmente a si mesmo em prol do outro, temos, desse modo, um *sujeito altruísta*;
- tenta conciliar as duas descrições acima expostas, ou seja, concilia a autenticidade e o altruísmo, temos um *sujeito estrategista*.

Na EIC, há a representação do trabalho real do sujeito em (re)construir sua identidade pessoal. O desafio para si é conseguir a consonância existencial, assim o

indivíduo necessita gerenciar as tensões existenciais que se situam entre a realização pessoal, atendendo à sua EID, e o reconhecimento social, atendendo à sua EIA, então, no caso, a EIC. Desse modo, quando o sujeito, gerindo sua identidade comprometida (IC),

- se compromete com suas escolhas e assume as consequências (mesmo extremas) até o fim do que elegeu, temos um *sujeito consequente*;
- assume uma atitude mais flexível, quando ele é mais adaptável, mais pronto para a autocrítica e disposto a renovar seus projetos, mesmo que para isso precise voltar ao ponto zero, então estamos diante de um *sujeito inovador*;
- ele se adapta, mas também permanece fiel às suas decisões anteriores, orientando-se pelas circunstâncias, pelas oportunidades ou mesmo pelos obstáculos, pouco a pouco modificando seus fins e seus meios, então temos um *sujeito pragmático*.

Com base no quadro apresentado e explicado por Bajoit (2008), propomos um enquadramento (quadro 2) para os sujeitos e suas esferas identitárias, agradecendo, obviamente, ao sociólogo por essa visão expandida dos sujeitos que vai além de um sujeito assujeitado (conformista) e um sujeito transformador (rebelde), pois as respostas que os sujeitos dão às situações de relações sociais e como gerenciam suas tensões existenciais acreditamos que vão além do que é assinalado para o sujeito proposto pela AD francesa e pela ACD.

Quadro 2: Reestruturação da classificação dos sujeitos (pela autora)

<b>ESFERA IDENTITÁRIA ATRIBUÍDA (EIA)</b> (busca pelo reconhecimento social)	<b>ESFERA IDENTITÁRIA COMPROMETIDA (EIC)</b> (busca pela consonância existencial)	<b>ESFERA IDENTITÁRIA DESEJADA (EID)</b> (busca pela realização pessoal)
Sujeito conformista	Sujeito adaptador	Sujeito rebelde
Sujeito altruísta	Sujeito estrategista	Sujeito autêntico
	Sujeito inovador	sujeito consequente
	Sujeito pragmático	

Fonte: Elaboração própria (2023).

Numa reclassificação, segundo nosso olhar, teríamos, na Esfera Identitária Atribuída (busca pelo reconhecimento social), os sujeitos conformistas, quando estes

priorizam o reconhecimento social, submetendo-se aos valores tradicionais e estáveis, e o sujeito altruísta, que nega a si mesmo a fim de atender ao outro. Na Esfera Identitária Desejada (priorização da realização pessoal), teríamos os sujeitos rebeldes, sujeitos esses que procuram atender aos seus desejos, afastando-se do que esperam dele; o sujeito autêntico, em que há a busca por seus ideais e suas prioridades, e, por último, o sujeito consequente, que é comprometido com suas escolhas e assume as consequências do que escolheu. Por fim, na Esfera Identitária Comprometida (busca pela consonância existencial), temos o sujeito adaptador, lugar de sujeito que busca o equilíbrio entre o que esperam dele e seus desejos; o sujeito estrategista, posição de sujeito que busca conciliar sua autenticidade e seu altruísmo; o sujeito inovador, aquele que assume uma postura mais flexível, adaptável, disposto a renovar seus projetos, e o sujeito pragmático, sujeito que se move entre a adaptação e a fidelidade a suas decisões anteriores, guiando-se pelas circunstâncias (positivas ou negativas) e procurando viver a vida que tem e a que deseja.

Van Dijk (2008) argumenta que, quanto mais poder se detém, mais força sobre outros grupos se tem. Essa relação de poder se presencia socialmente na relação homem-mulher, ouvintes-surdos, brancos-pretos, ricos-pobres e outras dicotomias tão gritantes em nossa sociedade.

Num contexto de uma sociedade que exclui os mais fracos, ainda podemos recorrer a Bajoit (2008) em relação à sua classificação dos sujeitos, demonstrando o quanto seu trabalho aprofundou esse estudo. Assim, temos um sujeito denegado, quando ele não atinge o reconhecimento social; um sujeito dividido, quando ele não consegue atingir a realização pessoal, e um sujeito anômico, quando não alcança a consonância existencial.

Por essa razão a ASCD investe em estudar como, discursivamente, o sujeito é capaz, através da “gestão de si”, de transformar o meio, transformando a si mesmo (sujeito autêntico, rebelde, por exemplo) e influenciando outros sujeitos (conformistas, denegados) a refletirem acerca da situação social em que se encontram. Essa postura coaduna a máxima da ACD, ou seja, a busca do empoderamento dos fracos: “Pôr o débil no centro [...] é tudo menos fácil. É um verdadeiro desafio civilizatório. Em primeiro lugar, isto ocorre porque os débeis são invisíveis: estão excluídos de nossas observações, relegados a estereotipados, acalmados” (Ortúzar, 2016, p. 172). E, em segundo lugar, o sociólogo aponta que eles são um estorvo ao poder.

Nessa temática estudada, creio ser de valia a seguinte citação:

Los medios ciudadanos activan procesos a través de los cuales individuos y comunidades re-codifican tanto sus contextos como su propia identidad. En últimas, estos procesos mediáticos brindan a los ciudadanos la oportunidad de transformar sus identidades en subjetividades empoderadas, fuertemente ancladas en sus culturas locales e impulsadas por utopías bien definidas. Los medios ciudadanos son los medios que usan los ciudadanos para activar procesos de comunicación que contribuyen a moldear sus comunidades locales (Rodríguez, 2010, p. 18).

## As relações de poder e o controle social

É na sociologia do século XIX que se começa a usar o conceito de elite para designar os estratos sociais governamentais ou predominantes (Ortúzar, 2016). Esses estratos sociais são indicativos da configuração de uma sociedade desigual. “Isto significa a existência de minorias<sup>11</sup> organizadas para exercer o poder”, explica Ortúzar (2016, p. 58). Isso denota que sempre haverá o outro lado, o lado dos excluídos, marginalizados, débeis, considerando que “toda ordem social tem suas próprias vítimas, seus próprios excluídos” (Ortúzar, 2016, p. 59). Ortúzar ainda esclarece que há micropoderes que disputam legitimidade, como fruto de uma sociedade fragmentada.

A partir dos anos de 1970, os estudos de Foucault sobre poder (ou relações de poder) se destacam com seu foco na sociedade disciplinar. Para o filósofo, o poder e a liberdade estão imersos um no outro em uma contínua redefinição de suas relações. “Junto a eles, e nos mesmos termos, há também a questão das resistências que encontra o poder no desenvolvimento concreto de seu exercício” (Guareschi, 2005, p. 383).

Amparados nas explicações anteriores, ressaltamos que os conceitos de poder e resistência são centrais para as pesquisas em ACD. Wodak (2003, p. 31) diz que “A ACD se interessa pelos modos em que se utilizam as formas linguísticas em diversas expressões e manipulações do poder”. Van Dijk (2008, p. 17) enfatiza seu posicionamento quando define poder social em termos de controle entre grupos e entre seus membros, então ele explana: “Se esse controle se dá também no interesse daqueles que exercem tal poder, e, contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar em abuso de poder”.

O analista crítico ressalta três tipos de controle: controle do contexto; controle do discurso e controle da mente. No primeiro caso, a premissa é que “se discurso controla mentes, e mentes controlam ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar

---

<sup>11</sup> Ressaltamos que aqui o termo “minorias” não está associado a grupos excluídos socialmente.

o discurso” (Van Dijk, 2008, p. 18). E isso acontece via contexto, pois são os contextos que influenciam os discursos, logo será necessário controlar o acesso a esses contextos (culturais, situacionais). O controle do discurso é resultante do próprio controle dos contextos. Pode se inserir na própria produção, distribuição e consumo desses discursos. Por fim, o controle da mente, que, para Van Dijk (2008, p. 20), vai além do que o entendimento da escrita ou da fala, engloba conhecimento e atitudes sociais, conhecimento e opiniões pessoais, “as ideologias e as normas ou valores, entre outros fatores que desempenham um papel na mudança de mentalidade das pessoas”, por isso é necessária uma “análise discursiva, social e cognitiva detalhada e sofisticada”.

Desse modo, considerando a forte relevância dessa temática para os estudos discursivos críticos, a ASCD traz mais uma vez a perspectiva dos estudos da Sociologia para a Mudança Social. Logo, o nosso quadro teórico também assumirá os diversos tipos de poder aos quais faz referência Bajoit (2008, p. 23-45).

A fim de sobreviverem no tempo e no espaço, as coletividades precisam encontrar soluções para seus problemas vitais, que Bajoit (2008) elenca como administrar: a produção de riquezas, a ordem interna, a socialização de seus membros, o consenso e a solidariedade em suas relações com outras coletividades. A partir desses tipos de relações, surgem tipos diferentes de coerção: domínio, poder, autoridade, influência e hegemonia. Em uma recontextualização para nossa abordagem, ao considerarmos o discurso, e não uma situação empírica como o faz Bajoit, utilizaremos os termos poder-domínio, poder-Estado, poder-autoridade, poder-influência e poder-hegemonia, explicitados a seguir.

O **poder-domínio** refere-se ao modo de produção, o qual envolve a administração da produção e a utilização social das riquezas de uma coletividade. Como nem sempre as riquezas são suficientes, geram-se conflitos entre a classe de gestores que desejam controlar a produção em benefício próprio e a de produtores. Os atores sociais são gestores e produtores.

O **poder-Estado** refere-se ao tipo de regime político. A administração de uma ordem interna envolve: legislar (poder legislativo – decidir sobre o permitido e o proibido); julgar (poder judicial – avaliar as condutas conforme as leis); reprimir (poder repressivo – aplicar a decisão do poder judicial) e governar (poder executivo – intervir na ordem instituída). Os atores políticos envolvidos são as elites estatais e os cidadãos.

O **poder-autoridade** refere-se ao modelo de integração social. Esse modelo dá conta da socialização dos membros da coletividade de acordo com as regras adotadas para o corpo social, tais como: prescrever e inculcar as regras, garantir a autoridade da

hierarquia, avaliar as condutas dos dirigidos e castigar o desvio social. Os atores sociais são as hierarquias e os dirigidos.

O **poder-influência** refere-se ao tipo de contrato social, relação social em que se estabelecem, se negociam e se garantem os compromissos, bem como a existência entre os diferentes grupos. Os atores sociais envolvidos são os grupos instalados e os grupos minoritários.

O **poder-hegemonia** refere-se ao modelo de ordem social, o qual diz respeito ao modo de administrar as relações entre as coletividades nos âmbitos regional e mundial. Os atores envolvidos são as coletividades hegemônicas e as coletividades dependentes. É uma relação de coerção em que a coletividade mais forte impõe (por diplomacia ou guerra) seus interesses políticos e econômicos a outras coletividades mais fracas.

Assim, a depender da esfera discursiva (no caso da ASCD) em que esteja inserida a fala do sujeito e do controle social que exerce (ou não), nomearemos o “poder” seguindo a classificação proposta por Bajoit.

Ainda neste tópico, é interessante reforçar com a citação que segue a questão da resistência a “esses poderes constituídos”:

Por el contrario, el poder de resistir se constituye en la capacidad colectiva de articular una visión del futuro, expresada a través de una voz lo suficientemente fuerte para formar parte de la esfera pública y adquirir poder político. En otras palabras, los nuevos movimientos sociales (como el feminismo y los grupos ambientalistas [los grupos de personas con discapacidad) se entienden como identidades colectivas con una fuerte presencia en la esfera pública, capaces de hablar fuerte, en sus propios términos, y de articular claramente sus nociones de sí mismos y sus propuestas para la construcción de comunidad (Rodríguez, 2010, p. 18).

## As hipóteses da Socioanálise

A proposta socioanalítica foca na relação de socialização do sujeito em seu trabalho de (re)constituição de sua identidade individual. Seu desenvolvimento se deve ao sociólogo belga Guy Bajoit<sup>12</sup> e está situada no campo da Sociologia para a Mudança Social (SMS). Em consonância com o estudioso referido, a Socioanálise procura re/desvelar como se constrói na vida do sujeito a prática das relações sociais, logo

---

<sup>12</sup> Todas as traduções de Bajoit (2012) são de Marcos Tindo.

como esses sujeitos se constituem como atores sociais<sup>13</sup>. A partir do que propõe o sociólogo, iremos também dar uma contribuição para a ASCD. E qual foi a razão de fazermos essa recontextualização? Após utilizarmos em algumas publicações as hipóteses da Socioanálise propostas por Bajoit (2012<sup>14</sup> e outras obras), sentimos necessidade de recontextualizá-las para o propósito analítico da ASCD.

Nos tópicos consecutivos, exporemos as hipóteses da Socioanálise segundo proposta sociológica para em seguida demonstrar a proposta sob o viés linguístico-sociodiscursivo.

São listadas pelo sociólogo oito hipóteses (Bajoit, 2012)<sup>15</sup>:

Os processos que seriam implementados na consciência do indivíduo, e que ele gere por reflexividade e por expressividade, podem, ao menos provisoriamente, ser explicitados pelas oito hipóteses abaixo:

1. *A prática das relações sociais, socializando o indivíduo, o incita a engajar-se num destino social.*
2. *O engajamento no seu destino social desperta nele expectativas relacionais de reconhecimento social e de realização pessoal: algumas são satisfeitas, outras são menos, ou não o são.*
3. *As expectativas satisfeitas formam o núcleo central da sua identidade; aquelas que são insatisfeitas alimentam tensões existenciais nas zonas periféricas dessa identidade.*
4. *Certas condições fragilizam a sua identidade e produzem mal-estares identitários que o incitam a questionar novamente o destino no qual ele está engajado.*
5. *O indivíduo constrói então uma narrativa do sujeito, pela qual ele explica para si mesmo o seu mal-estar identitário e projeta o que ele considera fazer para o aliviar.*
6. *Ele constrói as razões do sujeito: as suas motivações para passar ao ato e às resistências que se lhe opõem.*
7. *Ele implementa recursos psíquicos que enfraquecem as suas resistências e lhe permitem executar atos libertadores.*

---

<sup>13</sup> Esse material de forma mais expandida foi publicado na Revista *Philologus* em dezembro de 2023.

<sup>14</sup> As referências de 2012 não têm paginação, pois se trata de material recortado por Bajoit e enviado para Pedrosa por e-mail, como concessão de texto inédito cedido pelo sociólogo. Assim, agradeço imensamente a Guy Bajoit, pelo diálogo que tivemos sobre sua teoria e por disponibilizar partes de seu inédito livro *Vers une théorie socio-analytique de la relation sociale*.

<sup>15</sup> Este tópico do texto já foi publicado em [www.ascd.com.br](http://www.ascd.com.br). Ele aparece aqui com pequenos ajustes.

8. *Ele passa ao ato: ele redefine mais ou menos profundamente as suas relações sociais... e ele paga o preço da sua libertação sempre parcial!*

Passamos a explicar, mesmo que resumidamente, cada uma das hipóteses.

**Primeira hipótese:** “A prática das relações sociais, socializando o indivíduo, o incita a engajar-se num destino social”<sup>16</sup>

A fim de que não ocorra interpretação errônea sobre “destino social”, o autor explica que “destino social” de um indivíduo seria o seu grau zero social. Explicando melhor: ao começar sua vida, os indivíduos sempre se engajam em um destino social fruto ou resultado direto de sua (primeira) socialização, ou primeiras relações sociais de seu aprendizado do que é viver em sociedade, seja em família, seja na escola, ou no trabalho.

Para o contexto em pauta, uma relação social, em consonância com Bajoit (2012), é definida

[...] como uma troca entre dois atores (individuais ou coletivos), que despertam neles expectativas culturalmente definidas (eles procuram **finalidades** e esperam **retribuições**) e que se desenrola sob amarras sociais (são recursos e competências limitadas e cada um tende a dominar ao outro e a se defender da dominação dele) (grifos nossos).

O sociólogo ainda defende que uma relação social seria uma maneira de **cooperação** “que conduz à **desigualdade** e que também envolve as expectativas culturais e as amarras sociais”. Se cruzarmos esses fatores, temos o seguinte quadro proposto por Bajoit (2012).

---

<sup>16</sup> “Um indivíduo ‘engaja-se em um destino social’ quando ele não escolhe por si só o seu percurso de vida, quando ele se contenta com responder às expectativas dos outros e segue o itinerário que lhe foi sugerido, ou mesmo imposto, por aqueles que o socializaram: os pais, a escola e o meio social de origem” (Bajoit, 2012).

Quadro 3 – As quatro dimensões do conceito de relação social (Bajoit, 2012)

AS QUATRO DIMENSÕES DO CONCEITO DE RELAÇÃO SOCIAL		Toda relação social desperta expectativa nos atores e se desenrola sob amarras	
		EXPECTATIVAS CULTURAIS	AMARRAS SOCIAIS
Toda relação social é uma forma de cooperação que tende à desigualdade	COOPERAÇÃO	<p>1. FINALIDADES</p> <p>Cada ator procura finalidades que ele não pode atingir sozinho. Elas são, em parte, o que está em jogo na relação, mas nunca totalmente comuns, conscientes, legítimas e voluntárias.</p>	<p>2. CONTRIBUIÇÕES</p> <p>Para atingir essas finalidades, cada um adquire competências e se proporciona recursos com os quais contribui para a relação.</p>
	DESIGUALDADE	<p>4. RETRIBUIÇÕES</p> <p>Cada um recebe retribuições; estas são desiguais porque cada um contribui desigualmente, atinge mais ou menos as suas finalidades, exerce ou se defende mais ou menos da dominação do outro.</p>	<p>3. INFLUÊNCIA SOCIAL</p> <p>Cada um dispõe de uma capacidade limitada de impor a sua influência sobre o outro e se defender da dele; portanto: cada um controla mais ou menos as suas finalidades, as suas competências e os seus recursos.</p>

Fonte: Bajoit (2012).

Assim, o indivíduo, em socialização, busca valorizar algumas finalidades e retribuições e “aprende também a avaliar a sua contribuição e a aumentar a sua influência sobre o outro” a fim de mudar o seu “destino social” (Bajoit, 2012).

Mas como, então, explicar uma submissão consentida do indivíduo em permanecer em um destino social? Bajoit explica que um estímulo externo pode despertar uma motivação interna, desse modo o indivíduo procura meios de lidar com as tensões identitárias. Tomando por base essa explicação, o autor traça o seguinte quadro:

Quadro 4 – Resposta do indivíduo ao estímulo externo

Como explicar a submissão consentida?		Um estímulo externo...	
		condicional	intencional
... desperta uma motivação interna	Expressiva	Identificação pelos afetos	Convicção fundada sobre valores
	Instrumental	Habituação a tradições	Cálculo oportunista de interesse

Fonte: Bajoit (2012).

No caso, o ator social sempre avalia o que lhe seria menos custoso, se seguir seus interesses ou os interesses dos outros ou de quem o socializou (escola, família, igreja). Então, se voluntariamente aceita atender mais aos interesses dos outros do que aos seus, é porque calculou que essa demanda lhe seria menos custosa socialmente, dessa forma o sujeito busca racionalizar suas ações. O que ele ganha com isso é melhor do que o que lhe custaria. Mesmo quando um ator social resolve se negar e ser altruísta, também isso repousa sobre o cálculo, pois, ao deixar agradecida a pessoa que recebeu seus préstimos, esse indivíduo estaria preparando o terreno para recompensas futuras, como nos explica Bajoit.

Outro caminho seria quando os sujeitos resolvem valorizar seu grupo de pertença: “é uma maneira de se valorizarem a si mesmos. Daí, eles imbuem esse grupo de uma identidade (real ou suposta) e valorizam-na; assim, interiorizam o *habitus*<sup>17</sup> (Bourdieu) dessa identidade social” (Bajoit, 2012).

Bajoit (2012) elenca os quatro grandes modos de socialização em que o “Eu” responde às expectativas dos outros por diversos motivos:

1. por *cálculo* (por que é o meu interesse: eu ganho);
2. por *convicção* (porque eu compartilho valores comuns com eles);
3. por *habituação* (porque isso me dá uma boa imagem de mim mesmo) e
4. por *identificação* (porque preciso amar e ser amado).

<sup>17</sup> Ver proposta de Bourdieu para *habitus*.

Seguramente, não poderíamos identificar, numa conduta apenas, uma só motivação. Muitas vezes, as motivações são complementares; outras, elas são mesmo contraditórias. Também fica claro que, embora possam ser combinadas, as motivações têm peso distinto na socialização do sujeito.

Em relação aos campos das identidades do sujeito, Bajoit (2006; 2008; 2009; 2012) aponta que elas se (re)constroem em três esferas distintas, articuladas com três bens a que o sujeito busca atender: realização pessoal; reconhecimento social e consonância existencial (conciliar a realização pessoal com o reconhecimento social).

Resumidamente, podemos aceitar, para esta proposta teórica, que “o indivíduo engaja-se num destino social quando ele está antes totalmente preocupado em fazer coincidir a sua identidade engajada com a sua identidade atribuída, isto é, quando ele não é e não faz nada além daquilo que ele crê que os outros esperam dele” (Bajoit, 2012). O autor indica que há muitos sujeitos que não sentem a necessidade de rejeitar o seu destino social (mesmo não o tendo escolhido) porque esse destino fez, em sua vida, realmente, coincidir as duas esferas da sua identidade (EIC e EIA). Vejamos nas palavras do sociólogo: “Pode ser também que a sua identidade desejada encontre aí a sua realização; nesse caso, eles gostam do seu destino” (Bajoit, 2012).

**Segunda hipótese:** “O engajamento no seu destino social desperta nele expectativas relacionais de reconhecimento social e de realização pessoal: algumas são satisfeitas, outras são menos, ou não o são”

Em toda e qualquer relação social, os sujeitos procuram finalidades ou objetivos e para isso terão de colaborar, concorrer, combater ou cortar laços com o outro ou assumir algumas dessas atitudes ao mesmo tempo. Essas finalidades, de acordo com Bajoit (2012), ligam-se a *duas grandes expectativas ou preocupações principais*, quais sejam: reconhecimento social e realização pessoal.

Como expectativa de reconhecimento social, o sujeito busca a aprovação dos outros que lhe são caros (citamos: pais, amigos, professores, familiares) ou mesmo de outros distantes, representados pelas instituições sociais. Bajoit (2012) nos explica que

*Sob o domínio do modelo cultural subjetivista, os indivíduos dão uma importância vital à sua realização pessoal; contudo, não podem mais ficar sem o reconhecimento social [...]. O reconhecimento obtido a custo de uma renúncia à sua realização lhes parece um jugo, um fardo que cumprem por dever, na*

submissão e na frustração. Mas uma realização sem reconhecimento parece-lhes insípida, inútil, até mesmo egoísta [...]. Não há, portanto, hierarquia entre essas duas expectativas: o indivíduo combina-as como pode para as fazer coincidir [...].

A tensão exposta pelo sociólogo revela uma dinâmica social que leva o sujeito a se posicionar de maneira diferente, a depender das circunstâncias e também do momento de tomada de decisão.

**Terceira hipótese:** “As expectativas satisfeitas formam o núcleo central da sua identidade; aquelas que são insatisfeitas alimentam tensões existenciais nas zonas periféricas dessa identidade”

Conseguir satisfazer as expectativas relacionais, fazendo coincidir sua realização pessoal e, simultaneamente, ter o reconhecimento social do outro é o grande desafio do indivíduo (I) para se tornar sujeito (S) e ator (A) de sua vida (ISA)<sup>18</sup>. Esse processo forma o núcleo central de sua identidade (Z1 – adiante). “Seria [...] esse *desencontro entre a sua expectativa de realização e a sua expectativa de reconhecimento* que estaria na origem dos problemas identitários dos indivíduos de hoje e daqui”, afirma Bajoit (2012). E ainda acrescenta que

[...] a sua luta para reduzir esse *desencontro* obrigá-los-ia a ser sempre mais sujeitos de si mesmos. E os obstáculos que eles encontram, nesse caminho, as resistências que os outros lhes impõem e, mais ainda, as suas próprias resistências interiorizadas, engendrariam na sua identidade aquilo a que chamei *tensões existenciais* (grifo do autor).

De igual modo, quando as tensões existenciais (Z2-Z7) forem muito desafiadoras, o sujeito buscará soluções, procurando gerir sua vida, suas tensões existenciais. Esse gerenciamento do sujeito pode passar pela desistência total ou parcial de seu “destino social”. Ele pode se tornar mais sujeito de si mesmo, resolvendo, desse modo, sua tensão. Entretanto, podem, obviamente, ocorrer situações em que as tensões existenciais insatisfeitas continuem alimentando as zonas periféricas dessa sua identidade.

---

<sup>18</sup> Ver texto de Bajoit sobre o Grande ISA em [www.ascd.com.br](http://www.ascd.com.br).

Essa teoria da Socioanálise defende que a identidade pessoal é constituída de três esferas, a saber: as esferas da *identidade atribuída*, da *identidade desejada* e da *identidade engajada*, como anteriormente mencionado.

Quando o sujeito constitui seu núcleo identitário (Z1), essas três esferas estão sobrepostas, formando, sempre provisoriamente, esse núcleo. Dessa forma, faz coincidir a IC (o que ele é e faz) com a sua IA (o que ele acredita serem as expectativas alheias) e a sua ID (seus desejos pessoais): “Ele constrói, portanto, esse núcleo sobre as qualidades (o que ele é) e as condutas (o que ele faz) que lhe valem ao mesmo tempo o reconhecimento social e a realização pessoal” (Bajoit, 2012), gerando, com efeito, uma situação de estabilidade social. Logo, à luz da teoria da identidade individual, defendida por Bajoit, podemos afirmar que ser sujeito de si mesmo é (re)construir para si um núcleo identitário tão grande quanto possível for, isto é, criar um núcleo em que as três esferas identitárias coincidam.

Porém, se, no caso, acontecer um embate entre as suas expectativas de reconhecimento social (identidade atribuída) e de realização pessoal (identidade desejada), o sujeito, inevitavelmente, terá de fazer escolhas, entre comprometer-se e renúncias, portanto sua identidade comprometida se afastará de uma das outras duas esferas, ou mesmo das outras duas esferas identitárias. Se tal situação ocorrer, as zonas periféricas (Z2 a Z7), que circundam o núcleo identitário (Z1), lhe ocasionarão tensões existenciais, levando o sujeito, impreterivelmente, a questionar seu “destino social”. O esquema a seguir é uma tentativa de representar a identidade pessoal e suas tensões existenciais.

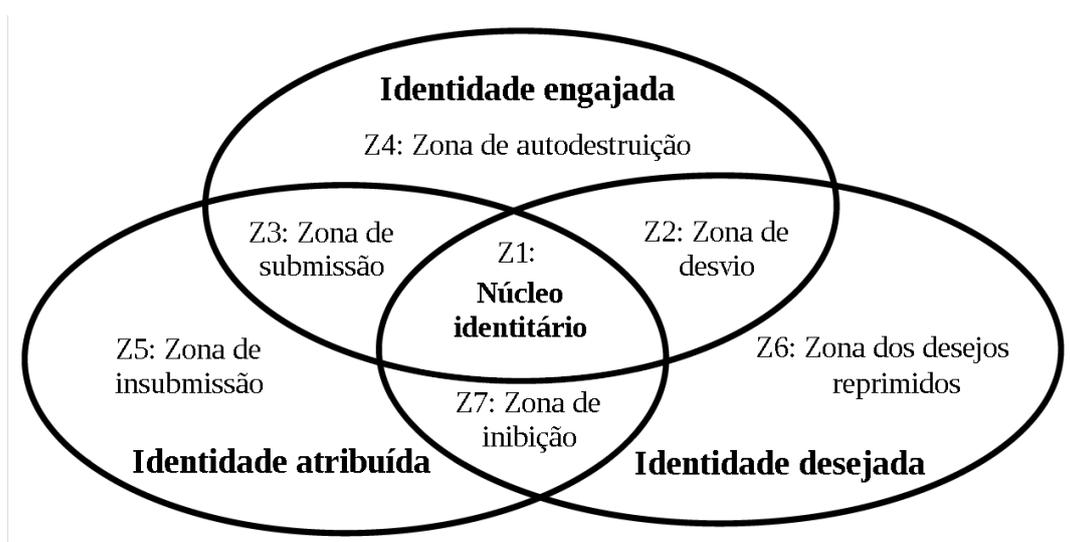


Figura 2 – Esferas identitárias e as zonas de tensão

Fonte: Bajoit (2012).

As zonas de tensão são agregadas em três grandes grupos: tensão de conformismo; tensão de marginalização e tensão da anomia. A seguir, esses agrupamentos e sua explicação:

#### *A tensão de conformismo*

– A tensão do conformismo pode ser resultado “do que o indivíduo se obriga a ser ou a fazer” com o fito de responder ao que os outros esperam dele, priorizando o reconhecimento social, mesmo ele sabendo (ou sentindo) que isso é contrário aos seus desejos de realização pessoal (Z3: zona de submissão). Exemplo: os sujeitos surdos, de um modo geral, seguem as orientações da família e dos médicos.

– Por outro lado, a tensão também pode vir “do que ele desiste de ser ou fazer”, mesmo respondendo aos seus desejos (conscientes ou inconscientes), porém que ele acredita não atender às expectativas dos outros (Z6: zona dos desejos reprimidos). Exemplo: surdos que desistem de fazer uma graduação com a qual se identificam para fazer o curso de Letras Libras.

– Em um somatório, essas duas tensões produzem na identidade um sentimento de conformismo excessivo: o indivíduo responde excessivamente às expectativas dos outros e não o suficiente aos seus próprios desejos. “Disso resulta uma primeira forma de mal-estar identitário: uma *tensão existencial de conformismo* (entre Z3 e Z6)” (Bajoit, 2012). Exemplo: surdos que se conformam com a sua situação sem lutar por seu protagonismo.

#### *A tensão de marginalização*

– A tensão também pode ser gerada a partir “do que ele é ou faz para responder aos seus desejos” de realização pessoal, embora ele creia ou mesmo saiba ser isso contrário ao que os outros almejam dele (Z2: zona de desvio).

– Opostamente, a tensão pode vir “do que ele se recusa a ser ou a fazer”, que responderia àquilo que ele acreditaria estar atendendo às expectativas dos outros, entretanto ele sabe ser contrário aos seus desejos (Z5: zona de insubmissão).

– As duas tensões (Z2 e Z5), em conjunto, produzem na identidade um sentimento de marginalização em excesso: o indivíduo ocupa-se por demasiado dos seus desejos e

não suficientemente das expectativas dos outros. Disso deriva uma segunda forma de mal-estar identitário: uma *tensão existencial de marginalização*.

#### A tensão de anomia

- A tensão pode vir também *do que ele é ou faz*, mesmo sabendo ou sentindo que isso é contrário aos seus desejos de realização e contrário também às expectativas dos outros (Z4: zona de autodestruição).

- Opostamente, a tensão pode ser resultante *do que ele não é ou não faz*, mesmo que isso esteja em conformidade com as expectativas dos outros e suas próprias expectativas de realização pessoal (Z7: zona de inibição).

- Em conjunto, as duas tensões causam na identidade uma terceira forma de mal-estar identitário: o indivíduo se autodestrói ou se tolhe, agindo tanto contra si mesmo, como também contra os outros. Disso deriva uma terceira forma de mal-estar identitário: uma *tensão existencial de anomia*.

A partir dessas três principais formas de tensão, Bajoit (2012) apresenta o seguinte quadro dos sujeitos resultantes dessas tensões, defendendo que a construção da identidade pessoal é um processo resultante da narrativa do sujeito sobre suas tensões:

Quadro 5 – Lógicas do sujeito e construção identitária

<b>As lógicas do sujeito</b>	<b>Mais comprometidos com o reconhecimento</b>	<b>Ligado igualmente a ambos</b>	<b>Mais comprometidos com o desenvolvimento pessoal</b>
Tensão do conformismo	<i>Sujeito conformista</i> Evita o desvio social através do conformismo às regras sociais e às imposições das instituições.	<i>Sujeito adaptador</i> Procura, através de várias combinações em suas relações sociais, equilibrar os dois modos extremos, entre o conformismo e a rebeldia.	<i>Sujeito rebelde</i> Rebela-se porque considera que o que se espera dele socialmente não é legítimo.

Tensão da marginalização	<i>Sujeito altruista</i> Renuncia a seus projetos em prol do que os outros esperam dele.	<i>Sujeito estrategista</i> Concilia esses dois extremos (seus projetos e o que ele acha que os outros esperam dele).	<i>Sujeito autêntico</i> Dá prioridade a atender aos seus objetivos, desejos.
Tensão da anomia	<i>Sujeito conciliador</i> Tenta combinar escolhas anteriores com modificações ou adaptações que são exigidas diante de novas circunstâncias (pragmático)	<i>Sujeito anômico</i> Sofre de dissonância existencial. Não consegue conciliar as esferas identitárias atribuída e desejada.	<i>Sujeito hedonista</i> Dá prioridade ao prazer, sê tu mesmo.

Fonte: Bajoit (2012).

**Quarta hipótese:** “Certas condições fragilizam a sua identidade e produzem mal-estares identitários que o incitam a questionar novamente o destino no qual ele está engajado”

Diante de dificuldades que geram seu mal-estar identitário, o sujeito questiona seu “destino social”. “A partir daí eles não podem mais conciliar duravelmente as suas expectativas de reconhecimento e de realização, se eles tiverem um núcleo identitário fragilizado pela sua socialização, eles desabam!”, afirma o sociólogo (Bajoit, 2012). Podemos acompanhar as tensões do sujeito pela figura das esferas identitárias (figura 2) e pelas hipóteses anteriores.

**Quinta hipótese:** “O indivíduo constrói então uma narrativa do sujeito, pela qual ele explica para si mesmo o seu mal-estar identitário e projeta o que ele considera fazer para o aliviar”

Diante dessas tensões, o sujeito interpreta a situação e cria suas narrativas para aliviar ou entender suas tensões existenciais. Estudos de Bajoit (2006, 2012) sobre as narrativas são bem profícuos – ele se baseia também nas contribuições de Ricoeur (1997). Por meio das narrativas do Eu (de vida), o sujeito representa a si mesmo, construindo uma identidade narrativa (Ricoeur, 1997 apud Bajoit 2008). Ricoeur (2009,

2011) também pontua que uma narrativa é uma interpretação de si, dos eventos que lhe ocorreram e que esta constrói uma identidade narrativa.

Tomando como presuposto os estudos epistemológicos da autobiografia, podemos elencar algumas asserções que nos ajudam a entender as narrativas do sujeito; separamos as seguintes (Ricoeur, 1988, p. 2):

- o conhecimento de si próprio é uma interpretação;
- a interpretação de si próprio, por sua vez, encontra na narrativa, entre outros signos e símbolos, uma mediação privilegiada,
- esta última serve-se tanto da história como da ficção, fazendo da história de uma vida uma história fictícia ou, se se preferir, uma ficção histórica, comparáveis às biografias dos grandes homens em que se mistura a história e a ficção.

A narrativa torna-se, então, um escape para lidar com as tensões do mal-estar identitário, e estas podem, numa classificação ampla, ser de compreensão ou de alívio (Bajoit, 2006; 2012; Pedrosa, 2012; 2013; 2014; 2020). Na figura a seguir, expomos os tipos de narrativa, com suas subdivisões, desenvolvidos por Bajoit (2006; 2012) e esquematizados por Alves (2023).

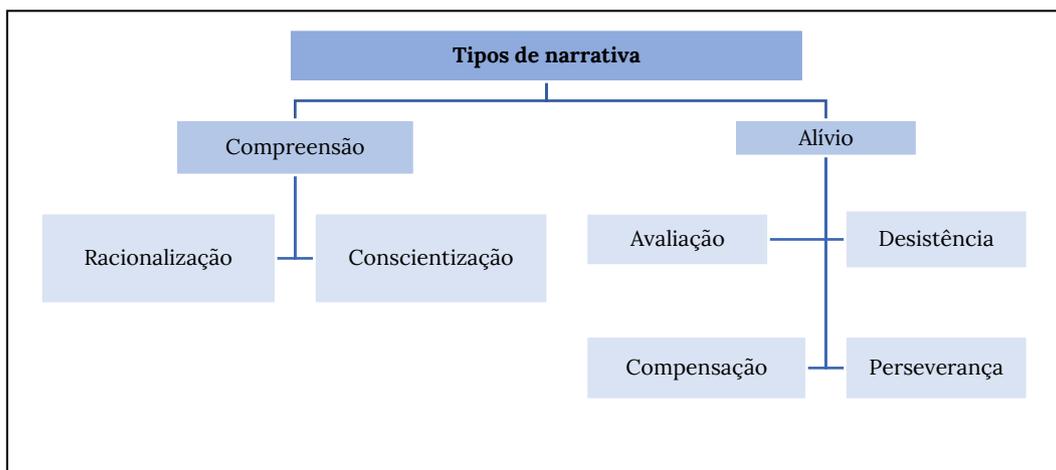


Figura 3 – Tipos de narrativa apresentados por Bajoit na Socioanálise

Fonte: Elaborada por Alves (2023) com base em Bajoit (2006, 2012).

Por meio de um quadro, a seguir, explicitaremos a conceituação de cada tipo de narrativa.

Quadro 6 – Definição dos tipos de narrativa

TIPOS DE NARRATIVAS
<b>1 Narrativas de compreensão</b> As narrativas de compreensão têm como objetivo “explicar para si mesmo o que lhe aconteceu”, seja através da <b>racionalização</b> de suas tensões, seja pela tomada de <b>consciência</b> das forças do inconsciente que agem sobre ele. Esse é um exercício de regresso a si, seja a um passado distante ou recente” (Bajoit, 2012; Pedrosa, 2012, 2013, 2014, 2020).
<b>1.1 Compreensão por racionalização</b> O sujeito interpreta os eventos de sua vida, narrando a si mesmo uma história que ele acredita ter sido um fato e que interpreta como verdadeira. Ele pode julgar que outros sujeitos ou atores foram responsáveis pelo que lhe ocorreu ou mesmo forças naturais (ou sociais) incontroláveis. Em determinadas circunstâncias, ele atribui a causa desses eventos a si mesmo, contudo, para não assumir plena responsabilidade, pode evocar suas características inatas ou seus traços adquiridos pela socialização (Bajoit, 2012).
<b>1.2 Compreensão por conscientização</b> O sujeito reflete sobre os elementos que o afetam internamente. Isso inclui interesses ilegítimos, hábitos internalizados e pulsões do inconsciente. “Dito de outra maneira, o sujeito se confronta com os aspectos ocultos de si mesmo, explorando as motivações e os impulsos que podem estar atuando em um nível inconsciente. Essa narrativa permite uma compreensão mais profunda de suas ações, revelando as complexidades e contradições presentes no seu inconsciente. Em algumas situações, o sujeito assume uma carga excessiva de culpa, ou busca aliviar-se do sentimento de culpa, ou se pune por suas transgressões, ou, de forma pior, reforça a convicção de sua incapacidade de agir e promover mudanças em si mesmo” (Alves, 2023, p. 50).
<b>2 Narrativas de alívio</b> Em consonância com Bajoit (2012), numerosos são os procedimentos narrativos que são ativados para aliviar o mal-estar identitário. Ele indica quatro: “o indivíduo <i>avalia</i> a importância do seu mal-estar e pode então considerar <i>desistir</i> de satisfazer as expectativas relacionais com as quais se sente frustrado, de <i>compensar</i> a insatisfação de uma pela satisfação da outra ou de <i>perseverar</i> no seu esforço para obter o que ele espera”.
<b>2.1 Alívio por avaliação</b> O sujeito busca aliviar a gravidade do seu mal-estar. Ele pode intensificar a gravidade dos eventos que lhe ocorreram, sendo a vítima. Esse posicionamento também lhe traz alívio ao ter autopiedade. Em alguns momentos de otimismo, ele tende a minimizar seus problemas, convencendo a si mesmo de que foi apenas um acontecimento temporário. Ele pode até raciocinar que “esse mal veio para o bem” (Bajoit, 2012).
<b>2.2 Alívio por desistência</b> Bajoit (2012) aponta três vias: – quando o sujeito afirma que a aparente desistência é apenas para avaliar melhor a situação; – quando o sujeito prefere se distanciar, avaliando os benefícios dessa tomada de decisão; – quando o sujeito consegue lidar com o luto (de forma positiva) diante de uma tentativa frustrada.
<b>2.3 Alívio por compensação</b> O alívio por compensação acontece quando o sujeito supre a satisfação de uma expectativa frustrada por outra expectativa (por substituição ou por sublimação) (Bajoit, 2012).
<b>2.4 Alívio por perseverança</b> Neste tipo de narrativa de alívio, o sujeito consegue atingir um equilíbrio entre a vida que ele viveu e seu desejo de resolver uma expectativa em conflito (Bajoit, 2012).

Fonte: Elaboração própria com base em Bajoit (2012).

Como vimos, em suas narrativas de vida, os sujeitos buscam formas de suplantar o mal-estar identitário, criando narrativas que buscam soluções e a compreensão de seus progressos, retrocessos, falhas e conquistas.

Nesse enquadre, julgamos também relevante a contribuição da Etnossociologia (Bertaux, 2010) para os estudos de narrativas. Acrescentamos também Paiva (2019) quando defende que a pesquisa narrativa pode ser definida como um trabalho de cooperação entre pesquisador e pesquisado, no qual o pesquisado tem voz e vez para o sujeito relatar suas experiências.

Bertaux (2010) nos explica que a expressão “narrativa de vida” substituiu a expressão “história de vida”. A mudança foi necessária porque o termo “história de vida” não fazia diferença entre a história de fatos vividos pelo sujeito e a narrativa que ele constrói (interpretativamente) sobre o que viveu. Nessa perspectiva, defende o autor que a “narrativa de vida” traz uma noção mais adequada para a interpretação que o sujeito dá aos fatos que lhe ocorreram, descrevendo seus enfrentamentos e sua superação (Bertaux, 2010).

**Sexta hipótese:** “Ele constrói as razões do sujeito: as suas motivações para passar ao ato e às resistências que se lhe opõem”

Por meio de suas narrativas, o sujeito busca compreender a si mesmo e as razões para agir. Bajoit (2012) diz que “são essas três injunções, que ele interpreta à sua maneira em função da sua história pessoal, que vão fundar as suas motivações e as suas *resistências*”. São elas (literalmente de Bajoit, 2012):

“Faça valer os seus direitos”: a questão da legitimidade

– A sua motivação é *legítima* se o seu projeto constitui uma interpretação pertinente, aplicada à sua existência pessoal, de uma injunção do modelo cultural subjetivista: então ele pode dizer a si mesmo: “tenho o direito”. Porém, essa motivação legítima colide às vezes com uma resistência interiorizada quanto à oportunidade de fazer valer esse direito; será o caso se *ele hesitar* entre dois ou mais projetos igualmente legítimos e se ele não conseguir escolher.

– Por detrás dessa motivação legítima, o indivíduo esconde o mais das vezes outras que o são menos ou não o são. Ele tem quase sempre razões mais ou menos inconfessáveis para querer o que ele quer, quer se trate do seu projeto por si só ou dos

meios que ele intenciona implementar para o realizar. Essas motivações, sempre do ponto de vista do modelo cultural subjetivista, são *ilegítimas*. Nesse caso, ele deverá enfrentar uma *resistência* interna se, para atingir os seus fins, o indivíduo deve transgredir o único limite cujo respeito esse modelo lhe impõe: o direito dos outros indivíduos de serem também sujeitos de si mesmos.

*“Faça as suas próprias escolhas”: a questão do livre-arbítrio e da vontade*

Ele procura identificar suas motivações:

- A sua motivação é *voluntária* se ela resulta de uma escolha deliberada: então, ele pode dizer-se “eu escolhi a minha vida”. Ele pode, porém, ter que enfrentar uma resistência interiorizada se a sua escolha *não for realista*, se ele não estiver seguro de ter vontade, coragem, recursos para levar a cabo o seu plano, ou se correr riscos importantes ao querer realizá-lo.

- [...] o indivíduo ignora sempre pelo menos uma parte das razões que agem sobre ele ou, mesmo que ele esteja disso consciente, obedece a forças “mais fortes que eu”, a motivações *involuntárias* que o incitam a realizar o seu projeto. É claro, algumas dessas forças incontroláveis podem também *resistir* a essa realização: será o caso se ele tiver incorporado, no curso da sua socialização, resquícios mais ou menos importantes de um hábito inspirado por um ou vários outros modelos culturais, contrários às orientações do modelo subjetivista, que continua a agir à revelia dele, independentemente da sua vontade e às vezes da sua consciência [...].

*“Torne-se a si mesmo”: a questão da autenticidade e da singularidade*

- A sua motivação é *vital* se ela corresponder ao seu ser profundo: então ele pode dizer “é vital para mim”, “eu sou eu mesmo” [...].

- [...] O indivíduo frequentemente anima-se por motivações, de origem pulsional, *perigosas* para a sua saúde física ou mental, que, mesmo que elas o incitem a realizar o seu plano, induzem também a condutas de autodestruição, contrárias às injunções do modelo subjetivista.

**Sétima hipótese:** “Ele implementa recursos psíquicos que enfraquecem as suas resistências e lhe permitem executar atos libertadores”

Já vimos que, para diminuir as suas resistências e avigorar as suas motivações, o sujeito aciona dois recursos psíquicos da sua consciência: as suas capacidades de expressividade e de reflexividade a fim de ajudá-lo a decidir se passa ao ato ou recua.

Algumas pontuações literais de Bajoit (2012):

#### *Os efeitos da expressividade*

A expressividade, relembro, é esse *instinto culturalizado* que empurra o indivíduo em direção àquilo que ele sente ser bom para ele, esse impulso vital que o incita a responder aos apelos da sua natureza profunda, essa “simpatia por si mesmo” [...]. Servindo-se de três procedimentos psíquicos:

- [...] O *procedimento de legitimação* permitirá que ele subestime o erro que ele se prepara para causar aos outros e reduzir assim a sua vergonha: mais vale, *para eles*, pensará ele, que ele realize o seu projeto, a fim de não lhes causar um mal maior ainda (“dos males o menor!”) [...].

- [...] O *procedimento de voluntarização* permitir-lhe-á não somente desacreditar o seu “velho hábito”, e portanto de reduzir o seu bloqueio, mas também de reforçar a sua motivação *voluntária* enfraquecendo a resistência que o afeta (as suas dúvidas sobre o realismo do seu projeto) [...].

- [...] O *procedimento de vitalização* permite-lhe minimizar os riscos que ele corre persuadindo-se de que o seu projeto é bem conforme ao seu ser profundo e portanto sem riscos para a sua saúde física e mental [...].

#### *Os efeitos da reflexividade*

Pelo fato de que a reflexividade implica um distanciamento em relação às orientações *de todo modelo cultural*, inclusive o modelo subjetivista, ela pode enfraquecer as resistências à passagem ao ato ajudando o indivíduo a *tomar consciência dos processos culturais e psíquicos* que os produzem e os alimentam [...].

**Oitava hipótese:** “Ele passa ao ato: ele redefine mais ou menos profundamente as suas relações sociais... e ele paga o preço da sua libertação sempre parcial”

Bajoit (2012) sempre deixa explícito que alcançar a zona 1 do núcleo identitário é um fruto provisório, pois a vida do sujeito está sempre em movimento em diversas esferas da vida. Assim, o

[...] sujeito de si mesmo (dotado de uma narrativa identitária crível e de motivações mais fortes que as suas resistências internas), o indivíduo torna-se ator: ele age sobre os outros, ele ataca as *resistências externas*, para tentar melhor satisfazer as suas expectativas relacionais, resolver as suas tensões existenciais e assim alargar o núcleo central da sua identidade. Para realizar o seu projeto, precisa da solidariedade dos outros e deve, o mais das vezes, entrar em conflito com eles: ele redefine então as suas relações sociais (Bajoit, 2012).

Considerando narrativas de vida de grupos vulneráveis e sua articulação com as hipóteses levantadas por Bajoit (2012), tomando como base o quadro teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso e a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, que no seu nascedouro já promovia profundos diálogos com a SMS, desenvolvemos o seguinte quadro para recontextualizar as hipóteses da Socioanálise.

Quadro 7 – Resumo das hipóteses da Socioanálise e processo de recontextualização para as hipóteses de análise linguístico-sociodiscursiva para grupos minoritarizados

HIPÓTESES DA SOCIOANÁLISE	PROCESSO PARA A CONSTRUÇÃO DAS HIPÓTESES DA ANÁLISE LINGUÍSTICO-SOCIODISCURSIVA
1. <i>Atribuição de um “destino social”</i>	1- Identificação das primeiras socializações. Queixas das amarras sociais. Atribuição de “destino social” pela desigualdade social de seu grupo de pertença. Identificação de queixas das amarras sociais devido à desigualdade social de seu grupo de pertença.
2. <i>Formação das expectativas relacionais</i>	2- (Re)constituição das identidades individuais central e periférica dos sujeitos ao responderem às expectativas relacionais.
3. <i>Formação da identidade individual</i>	

4. Produção/Geração/Convivência de mal-estar identitário	
5. Constituição da narrativa do sujeito	Como só conhecemos o ator social através da narrativa do sujeito discursivo, esta hipótese desaparece e passa a ser o elemento-chave para começarmos a analisar a narrativa de acordo com as hipóteses levantadas.
6. Explicitação das razões do sujeito: motivações e resistências	3- O sujeito procura redirecionar sua vida, atribuindo razões para agir diante do seu “destino social” através da expressividade e da reflexividade. Nesse contexto, ele calcula suas motivações e resistências.
7. Implementação do processo de libertação	4- Implementação do processo de libertação das amarras sociais ao lidar com as tensões existenciais e buscando atingir o núcleo identitário, sempre provisório.
8. Redefinição da prática das relações sociais	

Fonte: Elaboração própria a partir de Bajoit (2012).

Sobre as narrativas de vida da hipótese 5 (cinco) de Bajoit (2012), nos posicionamos para que elas não sejam consideradas uma hipótese, mas serem tomadas como material linguístico de análise, ou seja, discurso para identificar as hipóteses recontextualizadas no âmbito da ASCD.

Vamos nos ocupar agora em explicar a recontextualização operada nas hipóteses da Socioanálise para hipóteses recontextualizadas para um contexto linguístico-sociodiscursivo em estudos de grupos minoritarizados.

**Primeira hipótese:** “Identificação de queixas das amarras sociais devido à desigualdade social de seu grupo de pertença”

O sujeito busca no grupo de pertença as limitações e os desafios a enfrentar. Ao buscar essa identificação, o sujeito apresenta sua trajetória de vida, que “repete” a trajetória de vida de outros, e que passos pode dar além ou a que contexto precisou se submeter por não ter “recursos<sup>19</sup>” para vencer as amarras. Ao buscar (re)constituir sua

---

<sup>19</sup> No contexto aqui acionado, o termo “recurso” abrange as dimensões emocional (amor, proteção, conselhos, apoio etc.), material (bem-estar material, recursos financeiros), intelectual (competências, informações etc.) e natural (tempo, saúde).

identidade pessoal, se apoia na identidade social (*habitus*, Bourdieu). Há, nesta hipótese, a atribuição de um “destino social”, em que o sujeito, geralmente, se conforma com um destino social<sup>20</sup>, seguindo as expectativas do outro, como família, escola, igreja etc. (Bajoit, 2006; 2012; Pedrosa, 2012; 2013; 2014; 2020). Aqui, ele pode (ou não) dar os primeiros passos para mudar seu “destino” quando toma consciência deste.

**Segunda hipótese:** “(Re)constituição das identidades individuais central e periférica ao responder às expectativas relacionais”

As queixas das amarras sociais do sujeito o instigam a traçar objetivos para suas relações sociais com seu grupo subalterno e/ou com o grupo de poder, levando-o a colaborar, combater, ou mesmo cortar laços; a escolha dependerá se ele visa ao reconhecimento social ou se preza mais pela realização pessoal (Bajoit, 2012). O direcionamento, em atender a esses dois bens, vai influenciar na sua constituição identitária de forma satisfatória ou vai gerar tensões existenciais, construindo e reconstruindo, provisoriamente, suas identidades, sempre circunstanciadas.

Raramente, o sujeito, ao se tornar ator social, consegue atender simultaneamente aos dois bens (reconhecimento social e realização pessoal). Quando consegue o equilíbrio, na maioria das vezes momentâneo, ele constrói, desse modo, o núcleo central de sua identidade. A luta travada, interna e socialmente, gera as tensões existenciais diante das suas resistências (ou mesmo desistências) e alheias, trazendo em seu bojo outras identidades. Com isso, ele pode se tornar um ator social mais consciente de si e de sua luta e seus direitos, resolvendo, para aquela situação, suas tensões; contudo, ele pode “fracassar”, não encontrar forças e recursos para aquela luta específica; com efeito, surgem os sujeitos denegados socialmente, nos quais as tensões existenciais predominam na constituição de suas identidades (sobre as esferas identitárias, ver tópico anterior).

**Terceira hipótese:** “Redirecionamento da vida, atribuindo razões para o agir diante do ‘destino social’ ao qual foi submetido como sujeito, por meio da expressividade e da reflexividade”

---

<sup>20</sup> A expressão “destino social” se refere a quando o sujeito age apenas de acordo com as expectativas que os outros têm para ele (Bajoit, 2012).

O sujeito atribui motivos para agir diante do seu “destino social” por meio da expressividade e da reflexividade. Nesse contexto, calcula suas motivações e resistências para decidir enfrentar e romper com seu “destino social” se essa for a sua escolha após uma reflexão sobre a situação, escolhendo o que é bom para si e ponderando se tem recursos para tal (Bajoit, 2006; 2012; Pedrosa, 2012; 2013; 2014; 2020). No caso, tanto a expressividade quanto a reflexividade são essenciais para que o indivíduo se torne sujeito de si mesmo, fortalecendo sua decisão de agir.

A expressividade está ligada ao impulso culturalizado, situando-se como instinto vital que move o sujeito a responder às demandas de sua essência. É, sem dúvidas, a expressividade que o auxilia a suplantar as resistências e, assim, fortalecer suas motivações para agir. Já a reflexividade o ajuda a se afastar das influências de qualquer modelo cultural que possa enfraquecer suas resistências, seja através de processos culturais ou psicológicos. Por meio da reflexividade, o sujeito consegue enfrentar as resistências e é capaz de superar sua própria hesitação para uma tomada de decisão consciente, fortalecendo a mudança que quer para si em busca de seu núcleo identitário.

**Quarta hipótese:** “Implementação do processo de libertação das amarras sociais”

Nesta quarta hipótese, ao lidar com as tensões existenciais e buscando atingir o núcleo identitário, sempre provisório, o sujeito implementa, em sua vida, o processo de libertação das amarras sociais. Essa tomada de atitude o torna sujeito de si, um ator social que se afasta de seu “destino social” e faz suas próprias escolhas, definindo seu papel nas relações sociais que o “moldaram”. O caminho para alcançar esse núcleo identitário pode tê-lo forçado a vivenciar várias tensões existenciais, perpassando desde a zona de submissão até a zona de insubmissão. Contudo, ele fez sua própria história, sua própria escolha, que o colocam na esfera identitária (comprometida/engajada, desejada ou atribuída) que escolher, não as que lhe são impostas. Ele pode até se inserir na esfera atribuída, de reconhecimento social, desde que seja fruto de sua tomada de decisão, que se fundamentou em sua reflexividade e não nas amarras sociais.

Em resumo, eis o que propomos no quadro a seguir:

Quadro 8 – As hipóteses da análise linguístico-sociodiscursiva da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso

<b>HIPÓTESES DA ANÁLISE LINGUÍSTICO-SOCIODISCURSIVA</b>
<i>Primeira hipótese:</i> Identificação de queixas das amarras sociais devido à desigualdade social de seu grupo de pertença.
<i>Segunda hipótese:</i> (Re)constituição das identidades individuais central e periférica ao responder às expectativas relacionais.
<i>Terceira hipótese:</i> Redirecionamento da vida, atribuindo razões para o agir diante do “destino social” ao qual foi submetido como sujeito, por meio da expressividade e da reflexividade.
<i>Quarta hipótese:</i> Implementação do processo de libertação das amarras sociais.

Fonte: Autoria própria (2023).

O quadro apresentado é uma resposta da pesquisadora diante da dificuldade de aplicar as oito hipóteses da proposta de Bajoit (2012) nos projetos e artigos científicos que já publicou<sup>21</sup>.

## As contribuições da Comunicação para a Mudança Social

Da Comunicação para a Mudança Social (CMS), os leitores podem ter acesso à dissertação *O discurso dos tuiteiros: uma análise crítica da construção identitária coletiva e do empoderamento cidadão* (UFRN, 2012<sup>22</sup>) e à tese *O poder hegemônico das redes sociais: uma análise crítica do discurso de quem “vai pra rua”* (UFRN, 2017<sup>23</sup>), ambas de Leticia Gambetta Abella, principal representante desse estudo na ASCD, para referências e entendimento. Também teremos o desenvolvimento desse tema em capítulo próprio.

Abella (2017, p. 87), na apresentação da CMS, traz uma explicação que contempla a razão de escolhermos essa teoria para dialogar com a ACD através da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso. Ela afirma que a CMS

---

<sup>21</sup> No anexo 1, os leitores encontrarão sugestões analíticas da ASCD com base na Sociologia (aplicada) para a Mudança Social.

<sup>22</sup> Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/16252>.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/24118>.

[...] apresenta-se como um paradigma participativo que defende a Comunicação baseada no diálogo e na luta por dar voz aos grupos socialmente excluídos. A CMS surge, dentro das Teorias da Comunicação Social, como um caminho de reflexão contínua sobre os processos comunicacionais. Baseada em algumas premissas inegociáveis, como a defesa da concepção dialógica como elemento constitutivo da Comunicação, a CMS promove a emancipação de grupos minoritários.

Levando em conta essas premissas (dar voz aos excluídos socialmente<sup>24</sup>; a CMS promove a emancipação de grupos minoritários), nos identificamos totalmente com essa teoria para sua aplicação nas pesquisas do grupo com os minoritarizados.

Em 2003, foi fundado o Consórcio para a Comunicação para a Mudança Social (Communication for Social Change Consortium (CSCC)<sup>25</sup>. Em seu relatório de 2006 (p. 2), traz que a CMS apresenta um objetivo forte de que as pessoas que são afetadas por alguma “crise” social devem ser incluídas na resposta que deve ser dada a essa crise, assim os resultados serão alcançados com mais impacto e durabilidade, “mais especificamente, que os processos de comunicação inovadores são fundamentais para garantir a mudança que pode melhorar as condições das pessoas e comunidades em crise”<sup>26</sup>.

O documento reforça a ideia de que é necessário entender que a CMS é processo, não produto e que o essencial é a relação dialógica e ajudar pessoas marginalizadas a mudar suas vidas, sair da pobreza e da alienação. Quando essas questões eram abordadas anteriormente, eram sempre esforços, metodologias e mensagens desenhadas e mesmo executadas por sujeitos/líderes fora da comunidade que procuravam ajudar. Isso, por diversas vezes, levou ao fracasso. Assim, a CMS veio como resposta a essa “lacuna” que se estabeleceu entre métodos e objetivos. Veio para explicitar que as pessoas que são afetadas são as que mais compreendem suas

---

<sup>24</sup> De Resende e Ramalho (2019), trazemos a expressão “dar ouvido”, pois o dar voz ainda representa um poder que autoriza, permite ao outro ter voz.

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.yumpu.com/en/document/view/48417265/download-pdf-communication-for-social-change-consortium>.

<sup>26</sup> Original: “The Communication for Social Change initiative was founded and operates on the belief that if the people affected by a crisis are included in the response to that crisis, then the response will be achieved with greater impact and longevity. More specifically, that innovative communication process are critical to gringing about the change that can improve the conditions of people and communities in crisis”.

realidades, não precisam de especialistas para dizer o que estão sentindo e passando, logo elas são as *experts* e condutoras de sua própria mudança social.

Desde sua fundação, em 1997, o Consórcio de Comunicação para a Mudança Social, como um programa da Fundação Rockefeller, passou por muitos desafios, entre eles:

Construir as bases teóricas da Comunicação para a Mudança Social; capacitar o monitoramento e a avaliação da comunicação para os esforços de mudança social; e influenciar o campo do desenvolvimento para que a comunicação participativa se torne uma parte integral da prática de desenvolvimento dominante (CSCC, 2006, p. 5, tradução nossa)<sup>27</sup>.

Gumucio-Dagron e Tuffe (2008) nos atualizam que, desde a década de 1960, têm sido desenvolvidos diversos paradigmas da comunicação para o desenvolvimento e a mudança social. Esse desenvolvimento tem acontecido de forma teórica e prática. A antologia organizada por eles reúne 200 textos de 150 autores e “Se trata de um libro académico, pero no restringido al mundo académico” (Gumucio-Dagron; Tuffe, 2008, p. 17). Ressaltam-se, nessa antologia, as teorias vindas da Ásia e da América Latina, mesmo numa época em que o paradigma dominante provinha dos Estados Unidos.

Em sua parte histórica, a obra nos contempla com textos de Beltrán, Dorfman e Mattelart, Rogers, Melo (sobre a comunicação em Paulo Freire), Hedebro, Barbero, Castillo, Ramírez, do próprio Gumucio-Dagron, entre tantos outros nomes. Já na segunda parte da obra, há uma vasta coleção de artigos publicados desde 1995, numa cobertura de mais de dez anos e com cerca de 80 trabalhos, divididos em: a) Paradigmas de comunicação para o desenvolvimento, com autores como Huesca, Deane e Bedregal); b) Cultura popular e identidade (entre os autores: Canclini, Barbero, Mattelart e o próprio Tuffe; c) Movimentos sociais e participação comunitária (citamos os autores: Gumucio-Dagron, Conell, Mefalopulos, entre vários outros); d) Poder, mídia e esfera pública (Escobar, Kothari, Barbero e Barranquero são elencados numa grande lista); e) Sociedade da informação e direitos à comunicação (com a indicação de, entre outros, Castells, Barbero, Gumucio-Dagron, Ramirez e Girard).

---

<sup>27</sup> Original: “The time was ripe for the Communication for Social Change Consortium. The challenges since its inception in 1997 as a program of the Rockefeller Foundation have been threefold: to build the theoretical underpinnings of communication for social change; to build capacity in monitoring and evaluation of communication for social change efforts; and to influence the field of development so that participatory communication becomes a full part of mainstream development practice”.

Alejandro Barranquero<sup>28</sup>, um dos mencionados autores que compõem a antologia, destaca o papel do grande educador brasileiro, de reconhecimento internacional, Paulo Freire, em seu investimento sobre alteridade, comunicação participativa e mudança social. “El brasileño contribuyó a desentrañar algunas de las principales razones ontológicas de la comunicación: su esencia política, educativa o su capacidad de generar cambio social positivo empleada de modo dialógico” (Barranquero, 2008, p. 1271). O educador integra influências do Norte e do Sul e movimentos latino-americanos. Sua vivência é um marco forte em sua pedagogia de adultos e na pedagogia popular. Em Freire, a mudança social se sustenta no diálogo, nasce da contradição e também do conflito entre os sujeitos. Através dos conflitos se geram novos processos dialógicos e conhecimentos. Assim, em Freire, a leitura do social acontece a partir do poder transformador da comunicação, sempre em processo dialógico. O educador busca diálogos teóricos com o existencialismo, a linguística e o humanismo. Sua proposta rompe com a visão monocular das ciências sociais tradicionais e incorpora e rompe um paradigma social baseado na intersubjetividade.

Como demonstra Abella (2012), a situação socioeconômica dos países dos continentes africano, asiático e latino-americano, em sua vulnerabilidade, não pode ser resolvida a partir de modelos de desenvolvimento pensados de forma exógena. É necessário desenvolver uma dinâmica própria para suas mudanças sociais, em que o protagonismo seja endógeno.

Pelos extratos de comunicação emitidos de 1976 a 1980 (Unesco, 2008), identificamos que a década de 1970 trouxe posicionamentos emancipatórios para a Comunicação Sul-Sul. Foi uma chamada para que países em desenvolvimento pudessem trocar experiências, ideias, conhecimentos, a fim de fugir do passado colonial e não mais depender de tudo do Norte. Era a vez de se libertarem, não mais serem receptores passivos de informações inadequadas para suas realidades; assim, abriu-se caminho para “La identificación y afirmación más plena de su identidad nacional y cultural” (Unesco, 2008, p. 196).

É sobre esse ponto identitário que Navarro-Díaz (2010, p. 150), considerando a contribuição de Arendt, afirma que:

---

<sup>28</sup> Agradecimento de Leticia Gambetta Abella em sua dissertação de mestrado (UFRN, 2013), sob nossa orientação: “Ao professor Alejandro Barranquero que desde muito longe, sem me conhecer pessoalmente aceitou fazer parte da banca de qualificação e me ajudar com as suas sugestões”. Tivemos, assim, a grande oportunidade de ter um pioneiro dando as mãos e avaliando uma proposta que se apresentava pela primeira vez com a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso.

Comunicativamente hablando, actuar es volver a nacer, y la natalidad implica volver a significar, es decir, transformar permanentemente a través de los lenguajes humanos la diversidad, la pluralidad, la diferencia de tejidos sociales, sin necesidad de homogeneizar, ni de hallar identidades condenatorias a la uniformidad. Así, pues, la comunicación para el cambio social es acción humana, es natalidad.

A Comunicação para a Mudança Social, do ponto de vista do contexto cultural, tem compromisso com a transformação social; esta deve considerar os projetos e necessidades dos sujeitos a fim de produzir emancipação, ao fortalecer a democratização da sociedade, fruto das capacidades de reflexão (Navarro-Díaz, 2010).

Continuando sobre esses estudos que têm lugar na América Latina, podemos ainda trazer

La fundamentación teórica de la comunicación para el cambio social se establece como una tarea pertinente, si se tiene en cuenta la gran precariedad en esas sociedades de los conceptos de esfera pública y ciudadanía expresada en problemas de desigualdad, indigencia, exclusión, discriminación, eliminación del otro, pobreza, baja escolaridad, delincuencia, mafias, crimen organizado y conflicto armado (Navarro-Díaz, 2010, p. 125).

Como podemos ver, a CMS investe no processo que surge das propostas do universo comunitário; assim, não antecipa os meios, nem as mensagens, nem as técnicas. Desse modo, alguns pontos são centrais, enumerados por Navarro-Díaz, (2010, p. 131):

[a] La sostenibilidad de los cambios sociales es más segura cuando los individuos y las comunidades afectadas se apropian del proceso y de los contenidos comunicacionales;

[b] la comunicación para el cambio social, horizontal y fortalecedora del sentir comunitario, debe ampliar las voces de los más pobres, y tener como eje contenidos locales y la noción de apropiación del proceso comunicacional;

[c] las comunidades deben ser agentes de su propio cambio y gestoras de su propia comunicación;

[d] en lugar del énfasis en la persuasión y en la transmisión de informaciones y conocimientos desde afuera, la comunicación para el cambio social promueve el diálogo, el debate y la negociación desde el seno de la comunidad;

[e] los resultados del proceso de la comunicación para el cambio social deben ir más allá de los comportamientos individuales, y tomar en cuenta las normas sociales, las políticas vigentes, la cultural y el contexto del desarrollo;

[f] la comunicación para el cambio social es diálogo y participación con el propósito de fortalecer la identidad cultural, la confianza, el compromiso, la apropiación de la palabra y el fortalecimiento comunitario;

[g] la comunicación para el cambio social rechaza el modelo lineal de transmisión de la información desde un centro emisor hacia un individuo receptor, y promueve un proceso cíclico de interacciones desde el conocimiento compartido por la comunidad y desde la acción colectiva (2001).

Rojas (2007, p. 123-124) diferencia de forma didáctica a “Comunicação participativa”, a “Comunicação para a Mudança Social” e a “Comunicação para o desenvolvimento”. Focaremos no que o autor explicitou para a Comunicação para a Mudança Social:

La comunicación para el cambio social [...] se sustenta en el diálogo, público y privado, que permite a las personas decidir lo que son, lo que desean y cómo pueden obtenerlo. El cambio social es un cambio en la vida de un grupo social, según los criterios y parámetros establecidos por el propio grupo. Los principios rectores son: tolerancia, equidad, diferencia, autodeterminación, justicia social y participación activa de todos. Las personas no son objeto de cambio, sino agentes de su cambio. No se distribuyen mensajes para cambiar a las personas, sino que se promueve el diálogo y debate. El enfoque no se centra en el comportamiento individual, sino en los contextos sociales, políticos y culturales. El rol protagónico no lo tienen entidades exógenas, sino los propios grupos (Rojas, 2007, p. 123).

Nesse contexto explicativo, em que claramente se destacam alguns princípios norteadores que muito interessam ao fazer da ASCD são: tolerância, equidade, justiça social e empoderamento das pessoas como agentes das mudanças sociais de que necessitam. Em seguida, o autor faz um resumo da proposta: “En síntesis, se trata de: (a) empoderar las comunidades, (b) horizontalizar las interacciones, y (c) conceder la palabra a quienes habitualmente quedan al margen de su uso” (Rojas, 2007, p. 123). Dessa forma, a CMS, segundo o professor Rojas, se sustenta em cinco pilares: “(1) participación comunitaria y apropiación, (2) lengua y pertenencia cultural, (3) generación y contenidos locales, (4) uso de tecnología apropiada, y (5) convergencia y redes” (2007, p. 123), pilares esses que são reafirmados por Canal, Navarro e Camargo (2015). Os autores validam a necessidade de as comunidades serem agentes das mudanças de que necessitam através de uma comunicação que promova diálogo, debate e negociação. Só

assim “la comunicación se convierte en un espacio para fortalecer la identidad cultural, la confianza, el compromiso, la apropiación de la palabra y el fortalecimiento comunitario (Canal; Navarro; Camargo, 2015, p. 35).

Todo esse contexto podemos associar com a obra *Linguagem e Globalização*, de Norman Fairclough, expoente da ACD. Articulamos toda a discussão acima de forma mais aproximada com a ACD através das propostas de Fairclough (2006) na obra *Language and Globalization* (2006). Na discussão sobre globalização hegemônica e não hegemônica, o autor enfatiza a necessidade de estabelecer diferença entre as “vozes” presentes nos debates sobre o tema. Ele aponta as acadêmicas, as das agências governamentais e das agências não-governamentais, a da mídia e as das pessoas em seu cotidiano.

Falando sobre globalização, o analista crítico apresenta que há, na literatura, quatro posições: objetivista, retoricista, ideologicista e construtivista social. A *objetivista* considera a globalização como um fato objetivo. A segunda posição, a *retoricista*, foca em como os discursos da globalização são usados pelos agentes. A posição *ideologicista* destaca como certos discursos cooperam de maneira sistemática para o legitimar das relações assimétricas de poder, da manutenção da dominação em uma dada ordem global, obviamente com grandes perdas para os grupos em vulnerabilidade social. Por fim, temos a posição *construtivista social*, que traz uma visão do caráter da vida social como um todo e vê as formas de globalização, de configuração específica, compreendendo o discurso como tendo efeitos bem significativos nos processos de construção social de cada sociedade.

Com base em Cameron e Palan (2004), Fairclough (2006) indica a maneira em que há conexão entre a globalização e a “exclusão social”, ao apontar como o Estado se justifica em sua necessidade de “privatizar”, numa clara premissa de diminuir suas responsabilidades públicas com seus cidadãos, escondendo sua incapacidade de enfrentar a pobreza, “exceto na forma limitada e inadequada de ‘exclusão social’ e de políticas de ‘inclusão’, decorre das prioridades do estado competitivo” (Fairclough, 2006, p. 20)<sup>29</sup>. É por essa razão que Fairclough passa a considerar, embasado em Harvey (1996), que o discurso como um momento (elemento) do processo social está, dialeticamente, articulado com outros momentos; assim, quando ocorrem mudanças

---

<sup>29</sup> Original: “except in the limited and inadequate guise of ‘social exclusion’ and policies for ‘inclusion’ follows from priorities of the competition state”. Todas as traduções de Fairclough (2006) foram feitas, na época do surgimento da ASCD, pelos professores Doutores Vian Júnior e Silvio Luis Silva; a eles nossa gratidão.

no discurso, também ocorrem novas práticas e novas identidades. Não se deve esquecer, nesse contexto, de que “Discursos são ‘traduzidos’ em relações sociais, formas de poder, rituais e instituições, crenças, valores e desejos, e práticas materiais (Fairclough, 2006, p. 34)<sup>30</sup>.

Na referida obra, o autor traz a discussão sobre mídia, midiaticização e globalização. Ele reforça que um dos aspectos negativos da globalização midiática é a “tese do imperialismo cultural” (vindos de Schiller, 1969; Thompson, 1995). A tese escancara que o domínio das corporações (americanas, por exemplo) sobre as outras mídias mundiais leva à propagação de valores ocidentais e, conseqüentemente, ao enfraquecimento de valores culturais locais. Do ponto de vista de Fairclough (2006, p. 100-101), há algo preocupante

Para as pessoas que vivem na pobreza ou sob regimes políticos opressivos, visões da riqueza, democracia e estilos de vida consumistas na televisão, certamente levaram a fomentar a insatisfação com as práticas locais, tradições, valores, miséria e pobreza, e aspirações a modelos ocidentais de estilo de vida, práticas, identidades e assim por diante. Em termos de ideias econômicas e políticas, este fato também alimenta afiliações ao liberalismo e ao capitalismo ocidentais, incluindo o globalismo<sup>31</sup>.

Poderíamos também, parcialmente, discordar de Fairclough e pensar que as pessoas também podem refletir sobre modelos capitalistas e as ilusões identitárias trazidas por eles, já que, como ele mesmo admite, as pessoas vivem experiências midiaticizadas e não midiaticizadas, logo, como elas respondem, depende desse caráter híbrido de suas experiências.

Como diz Abella (2017, p. 87), a “CMS promove um giro de 180 graus” ao propor que a característica do fluxo de transmissão da informação verticalizada entre as grandes mídias e seus destinatários “passe a ser um percurso horizontal de ida e volta baseado

---

<sup>30</sup> Original: “Discourses are ‘translated’ into social relations, forms of power, rituals and institutions, beliefs and a values and desires, and material practices”.

<sup>31</sup> Original: “For people living in poverty or under oppressive political regimes, visions of affluence, democracy and consumer lifestyles on television have certainly fed dissatisfaction with local practices, traditions, values, misery and poverty, and aspirations for Western lifestyles, practices, identities and so forth. In terms of economic and political ideas, it has also fed commitments to liberalism and to Western capitalism, including latterly globalism”.

em um processo de construção coletiva, a partir das necessidades constatadas pelos próprios envolvidos”.

Os teóricos da CMS defendem a existência de canais de comunicação que expressam os valores, crenças, culturas e identidades das minorias excluídas como resistências às mídias soberanas, surgindo, assim, as mídias cidadãs, sobre as quais Rodríguez (2010) pontua que é um termo que reúne conceitos que incluem, entre outros, mídias comunitárias, mídias alternativas, mídias autônomas, mídias participativas e mídias radicais. Essas propostas reúnem conceitos que “permitieron a Latinoamérica pensar el asunto de las comunicaciones y la cultura en sus propios términos y cuestionar algunas teorías importadas del norte”. Esses estudos, segundo a autora, com base em Rodríguez e Murphy (1997), se comprometeram com “los movimientos indígenas, obreros, estudiantiles, de mujeres y jóvenes que generan movilizaciones políticas y profundas transformaciones sociales, económicas y culturales en la región a partir de la década de 1970” (Rodríguez, 2010, p. 14). Foi uma tomada de iniciativa que englobava mudanças nas políticas nacionais de comunicação em que o investimento era em agências de imprensa do Sul para o Sul. Assim, explica Rodríguez (2010, p. 17):

Tomando elementos de las teorías de la politóloga feminista belga Chantal Mouffe sobre democracia radical y ciudadanía, propuse el término “medios ciudadanos” como más adecuado para nombrar los procesos de cambio social y democratización que los medios alternativos/comunitarios hacen posible.

Mas também a escolha do termo se justifica pela identificação da autora com as teorias dos movimentos sociais, cujas bases estão no poder e na resistência, tomados como totalmente articulados com reconhecimento de identidade, voz e capacidade tanto de agir quanto de narrar como elementos centrais da representatividade política de um grupo.

Nas páginas 17 e 18 (Rodríguez, 2010), a pesquisadora justifica a escolha do termo “mídias cidadãs”, considerando seu potencial de gerar mudanças sociais e, em contrapartida, explica por que não preferir o conceito de “mídias alternativas”. Trazemos as razões literal e didaticamente enumeradas:

1- El concepto de “medios comunitarios” los define a partir de quiénes los producen (es decir, organizaciones comunitarias, colectivos de base, etc.) o del

tipo de licencia de difusión que el estado les otorga (por ejemplo, licencia de transmisión comunitaria).

2- A su vez, el término “medios alternativos” define los medios en tanto lo que no son (por ejemplo, alternativos frente a los medios dominantes, alternativos frente a la comunicación de carácter vertical) en vez de hacerlo por lo que en efecto les es específico.

3- Por otro lado, mi argumento se basaba en que el término “medio alternativo” implica una relación reactiva frente a los medios dominantes y, por tanto, la correspondiente aceptación de un estatus menor.

De Mouffe e Rodríguez é trazida a definição de cidadania (afastando-se de algo outorgado pelo Estado). “Cidadão” assume um caráter resultante de ação e compromisso político, é um tipo de identificação, ou identidade política. Nega-se, assim, a outorga e se (auto)constrói. “Los ciudadanos son aquellas personas que asumen su ciudadanía mediante la participación en prácticas políticas cotidianas en tanto sujetos localizados cuya cotidianidad está cruzada por una serie de interacciones sociales y culturales” e pela qual o ator social “accede a diferentes porciones de poder – poder simbólico, psicológico, material y político – precisamente a partir de dichas interacciones” (Rodríguez, 2010, p. 18).

É bom frisar que as mídias cidadãs se afastam da definição binária de poder (exemplo: mídia dominante X mídia alternativa). O conceito engloba *empoderamiento*, *concientización* y *fragmentación* do poder. Logo, elas estão a serviço dos cidadãos em suas transformações a fim de atingir empoderamento por meio de sua própria voz (subjetividades empoderadas, nos termos de Mouffe, segundo Rodriguez, 2010).

## As contribuições da Luta por Reconhecimento

Para tratar sobre Luta por Reconhecimento (LR), nos referendamos nos trabalhos de Axel Honneth, filósofo e sociólogo alemão, principalmente na obra *Luta por Reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais* (2009).

Pontuamos ainda que, no explicar de Honneth (1999), na fase de Habermas, as concepções da teoria crítica trouxeram aportes da antropologia filosófica, da hermenêutica, do pragmatismo e também da análise linguística. Essa agudeza da ação social, pela via da intersubjetividade linguística, toma um lugar de posição-chave na tese defendida pelo autor; porquanto, os sujeitos são comunicativamente socializados, daí a interação linguística (nosso campo de atuação) ser fundamental para a teoria. E mais:

[...] a forma de vida dos seres humanos distingue-se por uma intersubjetividade enraizada nas estruturas da língua, portanto, para a reprodução da vida social, a busca da compreensão mútua graças à língua representa um pressuposto fundamental, o mais importante mesmo (Honneth, 1999, p. 538).

Assim, temos que os sujeitos só conseguem construir suas identidades pessoais no campo da intersubjetividade herdada de um grupo social. Bajoit fala em tensões existenciais para construção das identidades, e Honneth (2009), de negação de seus direitos para começar a LR do sujeito. Para Honneth, os sujeitos travam uma luta intersubjetiva por reconhecimento quando de sua inserção na sociedade. Essa luta por reconhecimento é a resposta do sujeito quando é desrespeitado em três esferas: na esfera emotiva (no amor), na esfera jurídica (no direito) e na esfera da estima social (na solidariedade). Vejamos a ilustração a seguir:

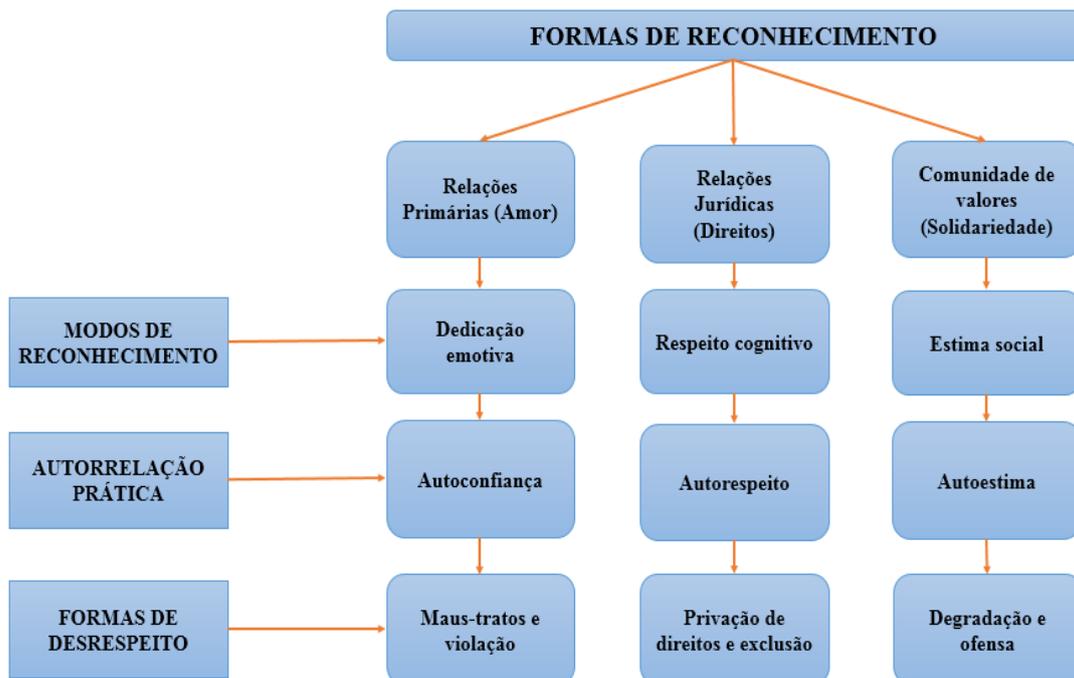


Figura 4 – Estrutura das formas de reconhecimento

Fonte: Alves e Pedrosa (2020, p. 223).

Percorrendo a ilustração acima, podemos depreender como ocorre a LR. A esfera emotiva faz parte das relações primárias (amor); ocorrendo maus-tratos e violação, nessa esfera o sujeito luta por reconhecimento, e, por meio da dedicação emotiva do

outro, ele alcança a autoconfiança de que necessita. Honneth (2009, p. 195) explica haver “a consciência de poder se respeitar a si próprio, porque ele merece o respeito de todos os outros”. Em relação à esfera jurídica (direitos), o sujeito luta para ter respeito cognitivo quando exposto à experiência de privação de direitos quando vivencia exclusão. Na esfera da comunidade de valores (solidariedade), o sujeito busca uma visão positiva de si mesmo (autoestima) quando luta contra a degradação e busca a estima social. Sobre “estima social”, podemos entender o seguinte:

[...] a estima social [...] constitui-se no processo de interpretação de valores que valida critérios que escapam a um sistema universalmente válido. A organização moderna da estima social constitui-se pela disputa de um referencial valorativo passível de mensurar a contribuição social de determinadas propriedades e capacidades. O conteúdo das interpretações depende de qual grupo social consegue interpretar de maneira pública as próprias realizações e formas de vida, interpretações que se configuram como um campo permanente de luta social e conflito cultural (Ventura, 2011, p. 160).

É nessa esfera da estima social que se desenvolvem as relações solidárias. Os sujeitos, em sua comunidade de valores, alcançam a autoestima por meio do outro e desse modo podem, enquanto comunidade, lutar pelo que os une.

Há um aspecto forte na teoria honnethiana do reconhecimento, o conceito de eticidade. Ele expõe que esse conceito “parte da premissa de que a integração social de uma coletividade política só pode ter êxito irrestrito na medida em que lhe correspondem, pelo lado dos membros da sociedade, hábitos culturais que têm a ver com a forma de seu relacionamento recíproco”; por isso que ele aponta os “conceitos fundamentais com que são circunscritas as pressuposições de existência de uma tal formação da comunidade terem de ser talhados para as propriedades normativas das relações comunicativas [...]” (Honneth, 2009, p. 108). Logo, vemos que, no centro da teoria do reconhecimento, o conceito de eticidade implica uma coletividade com uma visão política de seus direitos.

Uma exposição mais detalhada da influência da LR para a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso será apresentada em capítulo próprio no volume dois desta coletânea. Também sugerimos ao leitor leituras em *Abordagem Cognitiva de Políticas Públicas*<sup>32</sup>, considerando que iniciamos um diálogo teórico com essa

---

<sup>32</sup> MARTINS, Jonathan Alves; SOUSA, Andréia da Silva Quintanilha; PEDROSA, Cleide Emília Faye. *Constituição de um diálogo: a assistência estudantil na UFRN à luz da Abordagem Cognitiva de Políticas*

abordagem por meio do grupo de pesquisa da Profa. Dra. Andreia Quintanilha, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

## Proposta de caminhos metodológicos

Esta também é uma parte deste livro que será melhor exposta no segundo volume pelo próprio autor da proposta (Cunha, 2021). O autor pontua que é necessário seguirmos algumas fases ou passos na pesquisa: os de reflexões preliminares; os de pré-análise; os de análise e os de pós-análise. Deste modo, temos, literalmente de Cunha (2021), porém com formatação nossa:

### 1º Passo: produzir reflexões preliminares

1. Decidir sobre a escolha de fazer uma pesquisa crítica

A decisão de fazer uma pesquisa crítica vem antes da formatação de uma pesquisa em si. O desejo de contribuir com a compreensão, e em alguns casos, com a transformação social. Trata-se de uma escolha pela pesquisa solidária. Ela só é possível se entendemos o mundo com realidades em desafio. Anseio de contribuir com uma questão social a fim de superá-la.

2. Definir um problema social a ser investigado que tenha algum aspecto semiótico no centro da discussão

Um problema social com preocupação linguística, normalmente com vinculação ou motivação particular. São problemas reais, sérios, que afetam e ameaçam o bem-estar das pessoas, em que a linguagem é central.

3. Compreender a conjuntura engendrada no problema social em estudo

Entender as facetas do problema. Ao refletir sobre a conjuntura do problema, é preciso pensar em quais são as causas e/ou os causadores, os promotores, os afetados, as estruturas que sustentam, os obstáculos para superá-los, as pressões para sustentá-los, os campos culturais e sociais vinculados ao problema, as relações institucionais, entre outras coisas. Por fim, há uma decisão de como estudar esse problema, assim escolhendo como melhor descrevê-lo e compreendê-lo, muitas vezes preferindo o método de pesquisa qualitativa: estudo de caso, pesquisa ação e etnográfica.

#### 4. Formular hipóteses e inquietações

São as questões motivadoras da pesquisa; questões que o pesquisador quer responder com precisão durante a pesquisa; questões que respondem às inquietações para compreender a problemática; questões que levantem dúvidas sobre como entender o assunto ou um campo teórico.

#### 5. Traçar objetivos de pesquisa

Objetivos diretamente relacionados às questões de pesquisa. É o momento de desenvolver os objetivos geral e específicos. Com clareza, é preciso saber o que se pretende investigar. É preciso uma reflexão do pesquisador para saber se a pesquisa pode ou não resultar em uma contribuição.

### 2º Passo: pré-análise

#### 1. Definir estratégias

Sobre os dados que seriam capazes de responder às hipóteses e às inquietações de pesquisa, atendendo aos objetivos propostos. A seleção, organização, coleta e sistematização devem levar em conta como essas etapas possibilitarão que os dados sejam, de forma mais simples e fácil, analisados e compreendidos, já que essa etapa é fundamental para a análise. Além disso, saber qual estratégia de trabalho será mais adequada ao *corpus* estudado. Um trabalho forte do pesquisador e da pesquisadora para construção de um recorte de pesquisa.

#### 2. Identificar interfaces

Sobre os dados que seriam capazes de responder às hipóteses e às inquietações de pesquisa, atendendo aos objetivos propostos. A seleção, organização, coleta e sistematização devem levar em conta como essas etapas possibilitarão que os dados sejam, de forma mais simples e fácil, analisados e compreendidos, já que essa etapa é fundamental para a análise. Além disso, saber qual estratégia de trabalho será mais adequada ao *corpus* estudado. Um trabalho forte do pesquisador e da pesquisadora para construção de um recorte de pesquisa.

#### 3. Selecionar categorias

Categorias de análise contribuem para a direção analítica. Categorias sociais e linguísticas precisam ser elencadas. Não são categorias predefinidas, mas que encaminharão uma observação analítica, podendo elas serem mudadas ou ainda outras categorias fazerem parte durante a análise. São as categorias gramaticais e discursivas, mais recorrentes e regulares, ressaltadas no conjunto do texto observado, a fim de compreender as questões discursiva e social estudadas.

### 3º Passo: análise

#### 1. Identificar os sentidos às questões sociais

Aspectos vinculados às práticas discursivas e sociais: ideologias, hegemonias, poderes, discriminações, preconceitos, relações institucionais, agentes... Aspectos situacionais mais amplos que contribuem para a construção de significações. Os dados precisam ser interpretados com base nesses conceitos teóricos da pesquisa.

#### 2. Articular a discursividade à sua materialidade

Apresentar os dados linguísticos que justifiquem o posicionamento quanto às análises sociais. Importante entender como as estruturas linguísticas, os aspectos semióticos e os gêneros discursivos atuam na formação das práticas discursivas e sociais. Embora tenha na descrição do passo analítico “articular a discursividade à sua materialidade”, a análise da materialidade pode ser articulada à discursividade, ou seja, tanto a discursividade deve ser justificada linguisticamente quanto a análise linguística pode justificar a discursividade.

#### 3. Estabelecer diálogos

Trata-se de estabelecer o diálogo entre a análise dos dados com os conceitos trabalhados no aporte teórico da pesquisa. As teorias apresentadas precisam fazer sentido ao se atrelar com os dados, justificando as suas utilizações.

### 4º Passo: pós-análise

#### 1. Reflexão final sobre o trabalho

Uma forma de lançar um novo olhar sobre o problema social. Sempre que possível, é importante propor soluções, superação ou diminuição – mudanças sociais – para a questão estudada. Neste tópico é importante também apresentar como o trabalho

contribuiu para a causa estudada ou para outros trabalhos posteriores, formando um processo de mudança iniciado.

Abaixo quadro-resumo, produzido por Cunha e Pedrosa (2024) para o volume 2 desta coleção:

Quadro 2 – Decisões metodológicas em ECD

<b>Produzir reflexões preliminares:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>a. Decidir sobre a escolha de realizar uma pesquisa crítica;</li><li>b. Estabelecer um problema social a ser estudado que tenha algum aspecto semiótico no centro da discussão;</li><li>c. Compreender a conjuntura engendrada no problema social em estudo;</li><li>d. Formular hipóteses e inquietações;</li><li>e. Projetar objetivos de pesquisa.</li></ul>
<b>Pré-análise:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>a. Definir estratégias;</li><li>b. Reconhecer interfaces transdisciplinares;</li><li>c. Eleger categorias analíticas.</li></ul>
<b>Análise:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>a. Identificar os sentidos às questões sociais;</li><li>b. Vincular as discursividades às suas diversas semioses materializadas;</li><li>c. Promover diálogos.</li></ul>
<b>Pós-Análise:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>a. Reflexão final sobre o trabalho.</li></ul>

Fonte: Cunha e Pedrosa (2024, inédito).

## IV

# Conclusão

Prometemos aos leitores, no volume dois, trazer mais detalhadamente algumas teorias, bem como aplicações da ASCD em capítulos resultantes de dissertações e teses, e também artigos científicos em que categorias propostas foram utilizadas para orientar as análises com essa abordagem.

Nós, que compomos as academias localizadas no Sul do Sul, precisamos vencer as barreiras epistemológicas, mesmo dentro do Sul. Foi o que, intuitivamente, começamos a fazer desde 2011. Já são 12 anos de produções que têm fortalecido as vozes do Sul do Sul, então, se há ouvidos mesmo do Sul ou do Norte que queiram se debruçar sobre esses conhecimentos, estamos abertos ao diálogo; reforçamos: “ao diálogo”.

## Referências

- ABELLA, L. B. G. **O discurso dos tuiteiros**: uma análise crítica da construção identitária coletiva e do empoderamento cidadão. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16252>. Acesso em: 5 set. 2023.
- ABELLA, L. B. G. **O poder hegemônico das redes sociais**: uma análise crítica do discurso de quem “vai pra rua”. 2017. 182f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/24118>. Acesso em: 5 set. 2023.
- ADAM, B. **Time and Social Theory**. Cambridge: Polity Press, 1990.
- ALBORNOZ, S. G. As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 14, n. 1, p. 127-143, 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v14i1p127-143>.
- ALMEIDA, E. M. M. de. Ecologia de saberes. In: ALMEIDA, E. M. M. de. **Um estudo do diálogo entre o conhecimento escolar e o saber popular dos ribeirinhos da Ilha do Açaí**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Nove de Julho - Uninove, São Paulo, 2016. p. 24-41.
- ALVES, J. B. **Narrativas do eu**: construção identitária de atores sociais surdos sob as lentes da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso. 2023. 260 p. Texto da Qualificação de mestrado, Aracaju, PPGL, UFS. Texto inédito, 2023.
- ALVES, J. B.; PEDROSA, C. E. F. Temática do ENEM 2017 e seu marco histórico: análise crítica dos discursos dos simpatizantes pela causa surda. **Revista Espaço**, n. 53, p. 215-235, jan./jun. 2020. ISSN: 2525-6203. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/view/655/704>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- AVELAR, A.; AZUAGA, L. A Teoria da Avaliatividade: Breve Apresentação. In: AZUAGA, L. (Org.). **Relatos de Viagens**: Representações e Codificações Linguísticas de Portugal no Século XIX. Vol. 2. Lisboa: Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa, 2003. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6796/1/RelatosViagem-2-r.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.
- BAJOIT, G. **Socio-analyse des raisons d'agir**: études sur la liberté du sujet et de l'acteur. Québec, Presses de l'Université Laval, 2009.
- BAJOIT, G. **El cambio social, análisis sociológico del cambio social y cultural en las sociedades contemporáneas**. Madrid: Siglo, 2008.
- BAJOIT, G. **Tudo muda**: proposta teórica e análise de mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ijuí: Unijuí, 2006.
- BAJOIT, G. **Vers une théorie socio-analytique de la relation sociale**. 2012. Texto inédito, cedido pelo autor.

- BARRANQUERO, A. **Comunicación participativa y educación en medios**. Implicaciones del concepto de pre-alimentación (“feed-forward”) de Mario Kaplún. Sevilla: Gabinete de Educación y Comunicación, 2010.
- BARRANQUERO, A. Ensechando las fronteras teóricas de la comunicación para el cambio social: de Freire y Habermas a la multiplicidad. In: GUMUCIO-DAGRON, A.; TUFFE, T. (Comps.). **Antología de Comunicación para el Cambio Social**: Lecturas históricas y contemporáneas. La Paz, Bolivia: Plural, 2008. p. 1270-1277.
- BARRANQUERO, A. Latinoamericanizar los estudios de comunicación. De la dialéctica centro-periferia al diálogo interregional. **Razón y Palabra**, Estado de México, n. 75, feb./abr. 2011.
- BARRANQUERO, A. Reclamando Voces. Contribución Latinoamericana a la Comunicación para el Cambio Social. **Redes.com**: Revista de estudios para el desarrollo social de la Comunicación, Grupo Interdisciplinario de Estudios en Comunicación, Política y Cambio Social (COM-POLITICAS) y Diputación Provincial de Málaga, [S. l.], n. 3, p. 243-262, 2006.
- BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T.; MELO, I. F. de. Introdução. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T.; MELO, I. F. de (Orgs.). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018. p. 07-17.
- BELL, D. **The Coming of the Post-industrial Society**. Londres: Heinemann, 1974.
- BERTAUX, D. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. São Paulo/Natal: Editora da UFRN, 2010.
- BRANDÃO, C. R.; GALLARDO, B. B.; SUÁREZ, D. H.; AYCA, E. E.; MORA, A. I.; GONZÁLEZ, L. C.; OBANDO, S. G.; JIMÉNEZ, M. R. M. (Orgs.). **Investigar desde el Sur**. Epistemologías, metodologías y cartografías emergentes. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2022. Disponível em: [https://surcosdigital.com/wp-content/uploads/2022/11/investigar-desde-el-SUR-libro-marco-raul-2022.pdf?fbclid=IwAR0BPKLHNzYvA\\_KsUNjrj6zWAQpa9AWJIXIVYNXwwT\\_tjCvLNsOPebUYLs4](https://surcosdigital.com/wp-content/uploads/2022/11/investigar-desde-el-SUR-libro-marco-raul-2022.pdf?fbclid=IwAR0BPKLHNzYvA_KsUNjrj6zWAQpa9AWJIXIVYNXwwT_tjCvLNsOPebUYLs4). Acesso em: 29 jun. 2023.
- BRASIL. Estatuto do idoso. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 de outubro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm). Acesso em: 28 ago. 2020.
- CANAL, M.; NAVARRO, L.; CAMARGO, J. Comunicación, tejido social y trauma cultural: El caso de la población desplazada de Nueva Venecia en el departamento del Magdalena, Colombia. **Verbum**, [S. l.] v. 10, n. 10, p. 25-47, 2015. Disponível em: <https://repository.usergioarboleda.edu.co/bitstream/handle/11232/875/Comunicacion%20tejido%20social%20y%20trauma%20cultural%20el%20caso%20de%20la%20poblacion.pdf?isAllowed=y&sequence=2>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venancio Majer. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M. **O poder da Identidade**. A era da informação: Economia, Sociedade e cultura. Vol. 2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.
- CUNHA, J. P. L. **“Kd o pai dessa criança?!”**: uma abordagem sociológica e comunicacional do discurso de atores sociais pais de crianças com síndrome de Down. 2021. 208 f. Tese (Doutorado em Letras) -

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. Disponível em:  
<https://ri.ufs.br/handle/riufs/15166>. Acesso em: 5 set. 2023.

DORNELLES, J. R. Necrocapitalismo e Neofascismo em tempos de peste. In: AUGUSTO, C. B.; SANTOS, R. D. dos. **Pandemias e pandemônio no Brasil**. Ilustrações Rodolfo Carvalho. 1. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020. p. 90-110.

FAIRCLOUGH, N. Critical and descriptive goals in discourse analysis. **Journal of Pragmatics**, nº 9, p. 739-763, 1985.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. London: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Language and globalization**. London; New York: Routledge, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language**. 2. ed. New York, USA: Routledge, 2010.

FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language**. 2. ed. Nova York: NY, 2013.

FAIRCLOUGH, N; FAIRCLOUGH, I. A procedural approach to ethical critique in CDA. **Critical Discourse Studies**, 2018. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/profile/Norman\\_Fairclough.10.1080/17405904.2018.1427121](https://www.researchgate.net/profile/Norman_Fairclough.10.1080/17405904.2018.1427121). Acesso em: 12 jul. 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARCÉS-PRETTEL, M.; NAVARRO-DÍAZ, L. R.; JARAMILLO-ECHEVERRI, L. G.; SANTOYA-MONTES, Y. Representaciones sociales de la recepción mediática durante la cuarentena por la COVID-19 en Colombia: entre mensajes y significados. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/N9W6BCF4bFm3gG4BXZKCKKD/?lang=es>. Acesso em: 5 set. 2023.

GIDDENS, A. **Central Problems in Social Theory**. Londres: Macmillan, 1979.

GIDDENS, A. **O mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Discurso e prática social. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 78-103.

- GUARESCHI, M. Del modelo institucional-jurídico a la analítica del poder: Michel Foucault. In: DUSO, G. (Org.). **El poder**: para uma história de la filosofía política moderna. México: SIGLO XXI, 2005. p. 380-386.
- GUMUCIO-DAGRON, A.; TUFTE, T. (Org.). **Antología de Comunicación para el Cambio Social**: Lecturas históricas y contemporáneas. La Paz, Bolivia: Plural, 2008.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. Revisão de Christian M. I. M. Matthiessen. 3. ed. London: Edward Arnold, 2004.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Prefácio*. In: HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 11-17.
- HOMMA, L. H. G. Repensando a ciência: a ecologia de saberes na universidade brasileira. In: VII ESOCITE.BR/TECSOC. **Anais...** 2017. p. 1-15. Disponível em: [http://esocite2017.com.br/anais/beta/trabalhoscompletos/gt/17/esocite2017\\_gt17\\_luanaHanaeGabrielHomma.pdf](http://esocite2017.com.br/anais/beta/trabalhoscompletos/gt/17/esocite2017_gt17_luanaHanaeGabrielHomma.pdf). Acesso em: 5 set. 2023.
- HONNETH, A. Teoria Crítica. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria Social hoje**. São Paulo: Editora Unesp, 1999. p. 503-552.
- HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento**: A gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- MAGALHÃES, I. Por uma Abordagem Crítica e Explanatória do Discurso. **DELTA**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 181-205, 1986.
- MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. **Análise de Discurso Crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora UnB, 2017.
- MARQUES, M. S.; PEREIRA, T. Mbembe, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 edições, 2018, 80p. ISBN 9788566943504. **Mural Internacional**, v. 9, n. 1, p. 156-159, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rmi.2018.39278>. Acesso em: 5 set. 2023.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. 7. reimpr. São Paulo: N-1 Edições, 2020.
- MEDEIROS, J. L. A identidade em questão: notas acerca de uma abordagem complexa. In: DUARTE, M. B. (Org.). **Mosaico de identidades**. Curitiba: Juruá, 2009.
- MEJÍA, M. R. Las prácticas, las experiencias, las acciones como lugares epistémicos. En búsqueda de otras metodologías. In: BRANDÃO, C. R.; GALLARDO, B. B.; SUÁREZ, D. H.; AYCA, E. E.; MORA, A. I.; GONZÁLEZ, L. C.; OBANDO, S. G.; JIMÉNEZ, M. R. M. (Orgs.). **Investigar desde el Sur**. Epistemologías, metodologías y cartografías emergentes. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2022. p. 15-78. Disponível em: [https://surcosdigital.com/wp-content/uploads/2022/11/investigar-desde-el-SUr-libro-marco-raul-2022.pdf?fbclid=IwAR0BPKLHNzYvA\\_KsUNjrj6zWAQpa9AWJIXIVYNXwwT\\_tjCvLNsOPebUYLs4](https://surcosdigital.com/wp-content/uploads/2022/11/investigar-desde-el-SUr-libro-marco-raul-2022.pdf?fbclid=IwAR0BPKLHNzYvA_KsUNjrj6zWAQpa9AWJIXIVYNXwwT_tjCvLNsOPebUYLs4). Acesso em: 29 jun. 2023.

MELO, I. F. de. Histórico da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. p. 20-35.

MORAES, S. E.; FREIRE, L. de A. A ecologia de saberes por uma cidadania planetária: a universidade como contexto discursivo. In: 22º ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE – EPENN. **Anais...** Natal: GT Currículo, 2014.

MOREIRA, V.; GOMES, C. de M. (Coords.). **Compreender os Direitos Humanos** - Manual de Educação para os Direitos Humanos. 3. ed. Em Língua Inglesa: European Training and Research Centre for Human Rights and Democracy (ETC). Coimbra: Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), 2012.

NAVARRO-DÍAZ, L. R. **Entre esferas públicas y ciudadanía**: Las teorías de Arendt, Habermas y Mouffe aplicadas a la comunicación para el cambio social. Barranquilla: Ediciones Uninorte, 2010.

ORTÚZAR, P. M. **El poder del poder**: repensar la utoridad em tempos de crisis. Santiago: Tajamar Editores, 2016.

PAIVA, V. L. M. de O. **Manual de pesquisa em Estudos Linguísticos**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

PARDO, M. L. Metodología de la Investigación en Lingüística: Reflexiones y Propuesta. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 271-288, jul./dez. 2015.

PEDRO, E. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, E. (Org.). **Análise crítica do discurso**. Lisboa: Caminho, 1998. p. 19-46.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Self-narratives of brazilian deaf people: application of the hypotheses of socioanalyses. **Society Register**, v. 4, p. 71-84, 2020a. Disponível em: <https://pressto.amu.edu.pl/index.php/sr/article/view/20037>. Acesso 13 de set. 2023.

PEDROSA, C. E. F. As identidades individuais, os sujeitos e seus discursos: um estudo a partir da abordagem sociológica e comunicacional do discurso. In: VII SIGET- SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS. **Anais...** Fortaleza, Ceará, set. 2013.

PEDROSA, C. E. F. **Análise crítica do discurso**: do linguístico ao social no gênero midiático. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

PEDROSA, C. E. F. **Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD)**: uma corrente para fazer Análise Crítica do Discurso. PARTE 1: Herança teórica da Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social. Natal: UFRN, 2012. Disponível em [www.ascd.com.br](http://www.ascd.com.br). Acesso em: 2 jun. 2023.

PEDROSA, C. E. F. **Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD)**: contribuição aos estudos das identidades e dos sujeitos. 2012. Disponível em: [www.ascd.com.br](http://www.ascd.com.br). Acesso em: 13 set. 2023.

PEDROSA, C. E. F. Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD): uma corrente para fazer Análise Crítica do Discurso. In: SÁ JÚNIOR, L. A. de; BARBOSA, T. M. N. **Práticas discursivas e ensino de língua(gens)**. Natal: Edurfrn, 2014. p. 15-58. Disponível em: [www.ascd.com.br](http://www.ascd.com.br). Acesso em: 2 jun. 2023.

PEDROSA, C. E. F. Análise Crítica do Discurso e a proposta da corrente nacional: da abordagem às primeiras pesquisas. In: KALLARRARI, C.; BESSA, D.; PEREIRA, A. S. (Orgs.). **Estudos linguísticos e formação docente**. Campinas: Pontes, 2016. p. 69-100.

PEDROSA, C. E. F. Solidariedade em Tempo de Pandemia: Uma Leitura da Análise Crítica do Discurso. In: CARVALHO, J. R.; LEURQUIN, E. V. L. F.; AZEVEDO, I. C. M. de; CARNEIRO, M. F. (Orgs.). **Agir de linguagem na escola e na universidade**. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2021. p. 213-230.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latinoamericanas. UNESCO. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: CLACSO. Buenos Aires: FACES/UCV, 2014. p. 777-852.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

RESENDE, V. de M. Análise de discurso crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In: RESENDE, V. de M.; REGIS, J. F. da S. (Orgs.). **Outras Perspectivas em análise de discurso crítica**. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 11-52.

RESENDE, V. de M. Perspectivas latino-americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. In: RESENDE, V. de M. (Org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. São Paulo: Pontes, 2019. p. 19-46.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto Editora, 2006.

REY, G. Prólogo: Los sentidos de la urdimbre. Lo que el Sur nos cuenta. In: BRANDÃO, C. R.; GALLARDO, B. B.; SUÁREZ, D. H.; AYCA, E. E.; MORA, A. I.; GONZÁLEZ, L. C.; OBANDO, S. G.; JIMÉNEZ, M. R. M. (Orgs.). **Investigar desde el Sur**. Epistemologías, metodologías y cartografías emergentes. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2022. p. 9-14. Disponível em: [https://surcosdigital.com/wp-content/uploads/2022/11/investigar-desde-el-SUR-libro-marco-raul-2022.pdf?fbclid=IwAR0BPKLHNzYvA\\_KsUNjrj6zWAQpa9AWJIXIVYNXwwT\\_tjCvLNsOPebUYLs4](https://surcosdigital.com/wp-content/uploads/2022/11/investigar-desde-el-SUR-libro-marco-raul-2022.pdf?fbclid=IwAR0BPKLHNzYvA_KsUNjrj6zWAQpa9AWJIXIVYNXwwT_tjCvLNsOPebUYLs4). Acesso em: 29 jun. 2023.

REZENDE, C. B.; COELHO, M. C. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 136p.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa** (tomo I). São Paulo: Papyrus, 2011.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa** (tomo III). São Paulo: Papyrus, 2009.

RICOEUR, P. L'identité narrative. Editions Esprit. No. 140/141 (7/8), 1988), p. 295-304. **A identidade narrativa**. Tradução comentada de Carlos João Correia. Disponível em: <http://metafisica.no.sapo.pt/ricoeur.html>. Acesso em: fev. 2024.

RODRÍGUEZ, C. De medios alternativos a medios ciudadanos: trayectoria teórica de un término. **Folios** - Revista de la Facultad de Comunicaciones y Filología, [S. l.], n. 21-22, p. 13-25, 2010. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/folios/article/view/6416>. Acesso em: 11 jun. 2023.

ROJAS, C. del V. Comunicación participativa: Aproximaciones desde América Latina. **Redes.com**: Revista de estudios para el desarrollo social de la Comunicación, [S. l.], n. 4, p. 113-130, 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3671395>. Acesso em: 8 jun. 2023.

ROSENFELD, C. L.; SAAVEDRA, G. A. Reconhecimento, teoria crítica e sociedade: sobre desenvolvimento da obra de Axel Honneth e os desafios da sua aplicação no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, n. 33, p. 14-54, maio/ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222013000200002>.

SACO, A. **Sociología Aplicada al Cambio Social**. Madrid: Andavira Editora, 2006.

SANTOS, B. de S. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2020.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 137-165.

SANTOS, B. de S. **Construindo as Epistemologias do Sul**: Antologia Essencial. Vol. I: Para um pensamento alternativo de alternativas. Compilado por Maria Paula Meneses et al. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTOS, B. de S. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevideo: Ediciones Trilce - Extensión Universitaria, Universidad de la República, 2010.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal. **Novos Estudos / CEBRAP**, [S. l.], p. 71-94, 2007.

SILVA, F. L. e. Universidade: a ideia e a história. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 191-202, abr. 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000100013&script=sci\\_abstract](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000100013&script=sci_abstract). Acesso em: 21 jan. 2021.

SIMÃO, J. Axel Honneth. Luta pelo Reconhecimento - para uma gramática moral dos conflitos sociais. **Comunicação Pública**, [S. l.], n. esp. 01E, p. 191-198, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cp/385>. Acesso em: 26 ago. 2020.

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Tradução Pedro Jorgensen Jr. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TEJERINA, B. **La sociedad**: Movimientos Sociales y cambio cultural en España imaginada. Madri: Trotta, 2010.

TOURAINÉ, A. **The Post-Industrial Society**. Londres: Wildwood, 1974.

UNESCO. Recomendações para la comunicación emitidas de 1976 a 1980 (extractos de El nuevo orden económico internacional: vínculos entre la economía y las comunicaciones). In: GUMUCIO-DAGRÓN, A.; TUFFE, T. (Comps.). **Antología de Comunicación para el Cambio Social**: Lecturas históricas y contemporáneas. La Paz: Plural, 2008. p. 195-200.

VAN DIJK, T. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em: <http://www.dissoc.org/ediciones/v09n01-2/DS9%281-2%29VanDijk.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

VAN DIJK, T. Cincuenta años de estudios del discurso. **Discurso & Sociedad**, [S. l.], v. 9, n. 1-2, p. 15-32, 2015. Disponível em: [www.dissoc.org](http://www.dissoc.org). Acesso em: 27 ago. 2020.

- VENTURA, T. Luta social por reconhecimento: dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito. **Rev. Sociol. Polit.**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 159-170, out. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/83yq7t6b5xMSzNp4GYHn7Dp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2020.
- WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 12-42.
- WHITE, P. Valoração – a linguagem da avaliação e da perspectiva. **Linguagem em (Dis)curso** - LemD, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 178-205, 2004.
- WODAK, R. Do que trata a ACD - um resumo de sua história... **Linguagem em (Dis)curso** - LemD, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 223-243, 2004.
- WODAK, R. De que trata el análisis crítico del discurso (ACD): resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y su desarrollos. In: WODAK, R.; MEYER, M (Orgs.). **Métodos de Análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 17 - 34.
- WODAK, R.; MEYER, M. Análise Crítica do Discurso: História, Agenda, Teoria e Metodologia. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Orgs.). **Métodos de análise crítica do discurso**. 2. ed. Londres: Sage, 2009. p. 1-33.
- WODAK, R.; MEYER, M. **Critical Discourse Studies**: history, agenda, theory and methodology. California: Sage, 2016.

## Sobre a autora

Cleide Emília Faye Pedrosa, doutora em Letras pela UFPE (2005), Pós-doutorado pela UERJ (2008) e Investigadora Visitante em Estágio Pós-Doutoral pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2019 -2020). Professora na Universidade Federal de Sergipe no Departamento de Letras Libras e Programa de Pós-Graduação em Letras. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: análise crítica do discurso, comunidade surda e outros grupos minoritarizados (idosos e mulheres vítimas de agressão, pessoa em situação de rua). Contribuiu, no Brasil, com a criação a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso na base teórica e metodológica da Análise Crítica do Discurso. Suas publicações tem alcance nacional e internacional: Alemanha, Cabo Verde Chile, Colômbia, Polônia e Venezuela.

## Índice remissivo

- Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, 2, 7, 8, 13, 14, 15, 45, 49, 52, 60, 66, 70, 74  
análise, 7, 8, 10, 11, 15, 45, 61, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74  
Bajoit, 13, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 59, 76  
comunicação, 9, 50, 51, 52, 54, 57  
decolonial, 7, 8, 14  
epistemologia do Sul do Sul, 7  
esferas identitárias, 23, 24, 25, 36, 39, 47, 77  
Estudos Críticos do Discurso, 8, 10  
expressividade, 30, 44, 46, 47, 48, 49  
Fairclough, 10, 15, 55, 56, 68  
globalização, 55, 56, 68  
grupo, 7, 10, 11, 15, 18, 19, 22, 23, 33, 45, 46, 47, 49, 50, 54, 57, 59, 60, 61  
identidade, 16, 19, 23, 24, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 45, 47, 51, 52, 57, 58, 69, 71  
Mudanças Sociais, 15  
narrativas, 39, 40, 41, 42, 45, 46  
práticas, 7, 17, 29, 30, 31, 46, 51, 68  
reconhecimento, 7, 12, 14, 58, 69, 72  
reflexividade, 30, 44, 46, 47, 48, 49  
relações de poder, 11, 27  
social, 7, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 76  
sujeito, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 59, 77  
tensões, 17, 18, 19, 23, 25, 30, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 59, 73

## Anexos

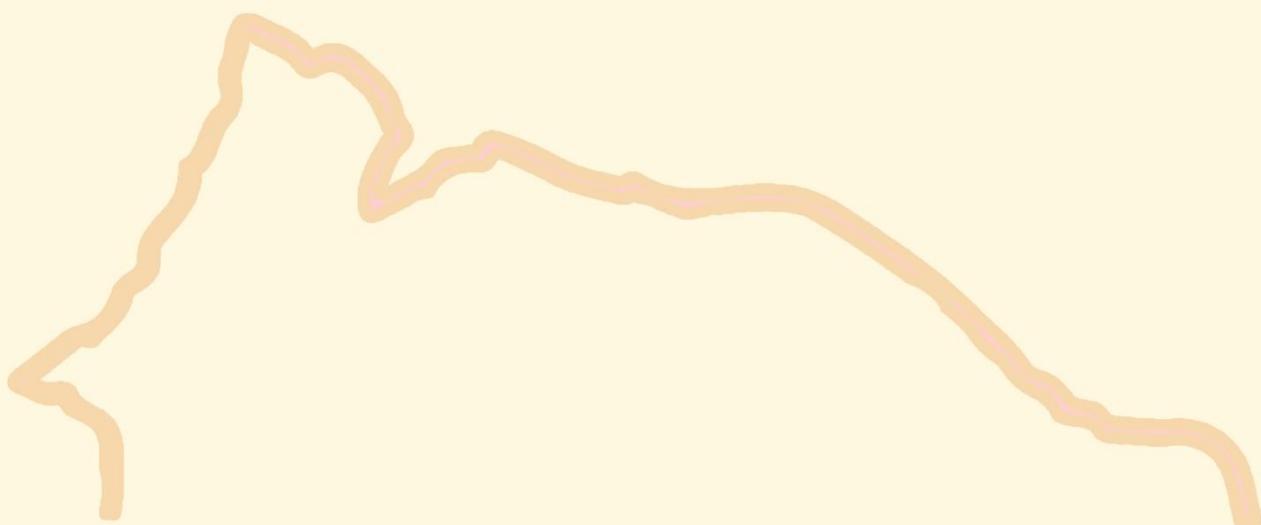
### SUGESTÕES ANALÍTICAS DA ASCD COM BASE NA SOCIOLOGIA (APLICADA) PARA A MUDANÇA SOCIAL

1. Identificar os tipos de mudanças sociais e culturais que o objeto de investigação sofreu historicamente e adotar os quadros expostos com base em Bajoit e Saco:
  - A) modalidades de mudança social e cultural:
    - (a) mutação: evolução e reforma
    - (b) ruptura: revolta e a revolução
  - B) graus de mudanças
    - (a) microssociológicas
    - (b) macrossociológicas
  - C) mudanças a partir de movimentos “de dentro para\ de fora para”
    - (a) endógenas
    - (b) exógenas
  - D) mudanças a partir de movimentos ‘de cima para\ de baixo para’
    - (a) descendentes: autogestionário, exo-emergente
    - (b) ascendentes: endodirigido, exodirigido
2. Estabelecer diferenças entre as forças de coerção:
  - A) poder-domínio: poder exercido por classes de gestores
  - B) poder-Estado: poder exercido pela classe representada dentro de um regime político
  - C) poder-autoridade: poder exercido por quem controla a socialização dos membros de uma coletividade
  - D) poder-influência: poder exercido por quem estabelecem, negociam e garantem os compromissos em uma sociedade
  - E) poder-hegemonia: poder exercido nas relações com coletividade externa

3. Investir em estudos identitários, articulando as identidades sociais e individuais:
  - A) classificação das identidades coletivas do modelo cultural identitário (BAJOIT, 2006, 2008)
  - B) classificação das identidades pessoais nas esferas: atribuída, desejada e comprometida
  
4. Classificar os sujeitos nas esferas identitárias pessoais:
  - a) atribuída: sujeito conformista e sujeito altruísta
  - b) desejada: sujeito rebelde; sujeito autêntico e sujeito consequente
  - c) comprometida: sujeito adaptador; sujeito estrategista; sujeito inovador e sujeito pragmático

Editora CLAE

2024



O Sul epistemológico sempre teve seu lugar negado. E quando falamos de epistemologias Sul do Sul, a linha que o afasta do Sul e do Norte é "abissal", para usar um termo do sociólogo Boaventura de Souza Santos. Nós do lado de cá nos submetíamos a este fazer acadêmico, exigindo de nós e dos alunos que referendassem os "expoentes" nas áreas de estudo. Assim, ser protagonista da virada decolonial é reconhecer nossos nomes e nosso fazer acadêmico e social. E este livro (vol. 1), no contexto dos Estudos Críticos do Discurso, tem esta meta ao definir seu objetivo historicizando seu percurso teórico, suas propostas categoriais e sua importância para pesquisas decoloniais do Sul do Sul.

